

# Relatório da Administração 2017

A Sanepar compartilha com o mercado e a sociedade sua atuação e resultados, estratégias e metas que asseguram a continuidade do negócio e a geração de valor

## APRESENTAÇÃO

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) apresenta o Relatório da Administração 2017, que inclui as demonstrações contábeis e os temas ligados à sustentabilidade. O documento compartilha com o mercado e a sociedade a atuação da empresa e suas metas para assegurar a continuidade do negócio e a geração de valor, reunindo as principais estratégias e resultados econômico-financeiros, sociais, ambientais e de processos do período.

Nas páginas a seguir, o leitor encontrará dados sobre avanços e desafios durante 2017, pertencentes ao conjunto de nove temas extremamente relevantes para a Companhia e seus públicos de relacionamento:

- governança corporativa, transparência e combate à corrupção

- conformidade legal e relações com entidades regulatórias
- rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro
- qualidade dos serviços
- eficiência operacional e melhoria de infraestrutura
- redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética
- gestão de recursos hídricos
- acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário
- educação socioambiental

O relatório é uma importante ferramenta no processo de gestão. Mas é, principalmente, a reafirmação do compromisso da Sanepar com a transparência das informações prestadas a todas as suas partes interessadas.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

### Importantes conquistas em período difícil

Excepcional, assim avaliamos 2017 para a Sanepar levando-se em conta o cenário do país, que apresenta uma leve recuperação econômica depois de um difícil período recessivo. A Companhia registrou bons resultados durante o ano, como aumento de 9,5% do lucro líquido em relação a 2016, e investimentos vultuosos, na ordem dos R\$ 5 bilhões nos últimos sete anos, que colocaram a empresa em ótima posição no mercado.

Mas se sobressair em meio a condições externas pouco favoráveis é fruto de uma série de compromissos bem traçados nos últimos anos. O principal deles foi a adoção de uma administração moderna, empresarial, sem perder a função da empresa pública que tem um caráter social. Dentro desse aspecto, cabe ressaltar a Tarifa Social e o Programa Caixa D'Água para famílias de baixa renda, como alguns exemplos que nos move a atender todos os paranaenses. Por sinal, essas são algumas das ações que levam ao cumprimento da Missão da empresa.

Porém, para que a Companhia cumpra seu papel mantendo-se como uma empresa pública eficiente é necessário buscar resultados financeiros e a sustentabilidade dos negócios. Para isso, não nos privamos de adotar medidas ousadas, com riscos bem calculados, como o re-IPO realizado em 2016, quando o país vivia sua recessão na plenitude. Com os recursos captados, avançamos para uma maior liquidez da Companhia, que interferiu de forma exitosa no desempenho de 2017. Mas não foi só isso.

Reforçamos nosso compromisso com a transparência aderindo ao Nível 2 de Governança da B3 (antiga BM&FBovespa), o que implica em uma série de exigências como o mandato unificado de dois anos para todo o Conselho de Administração, a disponibilização do balanço anual seguindo as normas de contabilidade internacional, adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos societários, entre outros fatores, que requerem maior amadurecimento da Companhia – o caminho que decidimos trilhar. De um ano para o outro, a Sanepar registrou aumento de 1.750% no número de investidores. Ele saltou de 2 mil, em 2016, para 35 mil, em 2017, provando o reconhecimento da Empresa pelo mercado.

A Companhia, além das ações ordinárias e preferenciais, passou também a negociar Unit. Cada Unit é formada por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais. Em dezembro, acionistas da Sanepar, em uma Oferta Pública Secundária, venderam 18,85 milhões de Units, o que rendeu aos mesmos mais de R\$ 1 bilhão, fruto da forte demanda dos investidores pelos papéis da Companhia. Na Oferta Pública Secundária o acionista Estado do Paraná vendeu o excedente de ações que possuía, permanecendo com 60,1% das ações ordinárias, ou seja, do capital votante.

O aspecto financeiro foi um dos frutos de uma gestão empresarial mais moderna.

Outros ainda podem ser citados como as mudanças realizadas no processo de gestão de pessoas, focando a formação de líderes, e a reafirmação da posição da Sanepar como cuidadora do meio ambiente ao abrigar projetos como a revitalização dos rios urbanos; o programa Moringa Cheia, uma parceria com produtores rurais para que eles recomponham as áreas de mananciais de suas propriedades; e a qualificação de seus próprios profissionais para a gestão ambiental. Afinal, saneamento e meio ambiente não podem caminhar em lados opostos.

Nesse sentido, nos sentimos orgulhosos de receber o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) pela destinação de parte do resíduo do esgoto tratado, na forma de adubo, para produtores que cultivam grãos e lidam com reflorestamento. Pretendemos fazer da CS Bio, unidade de biodigestão de alta tecnologia construída na Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba, um caso de sucesso e de benchmarking. Por meio dela, daremos início à produção de energia elétrica a partir do lodo e de outros materiais orgânicos. Programada para entrar em funcionamento em 2018, a unidade tem previsão de geração de 22,4 GWh de energia por ano, suficiente para atender 2.100 casas. Esse projeto, como tantos outros, é fruto de boas parcerias com empresas ou de pesquisa e inovação junto a universidades e instituições internacionais.

Todos nós, como sociedade, precisamos entender de uma vez por todas que a frase "o planeta responderá no futuro pela forma como o temos tratado" envelheceu. O futuro já chegou. De nada adianta investimentos bilionários em estruturas para abastecimento, se a água, recurso natural, se tornar cada vez mais escassa com o assoreamento dos rios.

Por fim, tornar a Sanepar em modelo de estatal para o setor, com foco cada vez maior na gestão ambiental, só foi possível por meio do apoio irrestrito do Governo do Estado do Paraná. Tivemos todo o estímulo para modernizar a gestão, torná-la eficiente, independentemente do governo. Passamos por momentos difíceis com o impacto do congelamento da tarifa (de 2006 a 2010), que afetou a excelência da prestação de serviços da Companhia.

Quando olhamos para o futuro, vemos nele uma Sanepar moderna, com profissionais altamente qualificados e com o orgulho de termos sido a primeira empresa do setor no País a adotar um programa de equidade de gênero, um dos desafios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nas páginas desse relatório, você conhecerá o desempenho da Companhia (nos aspectos econômico, financeiro e socioambiental) durante 2017, as lições que levaremos para os próximos anos e a história de uma empresa de 54 anos que ousou se reinventar.

**Mounir Chaowiche**  
Presidente da Sanepar

## A SANEPAR

Fundada na década de 1960, e hoje uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, e tem 7.165 empregados.

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e uma em Santa Catarina, além de 293 localidades de menor porte. A Sanepar disponibiliza mais de 53 mil quilômetros de tubulações utilizadas para distribuição de água potável e mais de 35 mil quilômetros de rede coletora de esgoto. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, atendendo no total sete municípios. Em 2017, foram tratadas 62 mil toneladas de resíduos, beneficiando 289 mil pessoas.

A Sanepar fornece água tratada a 100% da população urbana dos municípios atendidos. Coleta mais de 70% e trata 100% do esgoto coletado, a média nacional de coleta é de 50% e de tratamento é de 74% (conforme Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2015). Também realiza a gestão de resíduos sólidos urbanos.

Essa ampla atuação requer investimentos constantes como forma de garantir a excelência dos serviços. Nos últimos sete anos foram aportados R\$ 5 bilhões. O desempenho financeiro da Companhia em 2017 remete a um lucro líquido de R\$ 686,2 milhões, aumento de 9,5% em comparação a 2016.

A Sanepar detém também 40% da participação acionária da CS Bioenergia SA (sociedade constituída com a Catalini Bioenergia) para explorar a produção de energia

a partir do lodo de esgoto, na unidade de biodigestão localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba. A potência instalada é de 2,8 MW, com capacidade prevista de produção de energia para 22,4 GWh por ano. Essa atividade atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

### CONTEXTO OPERACIONAL

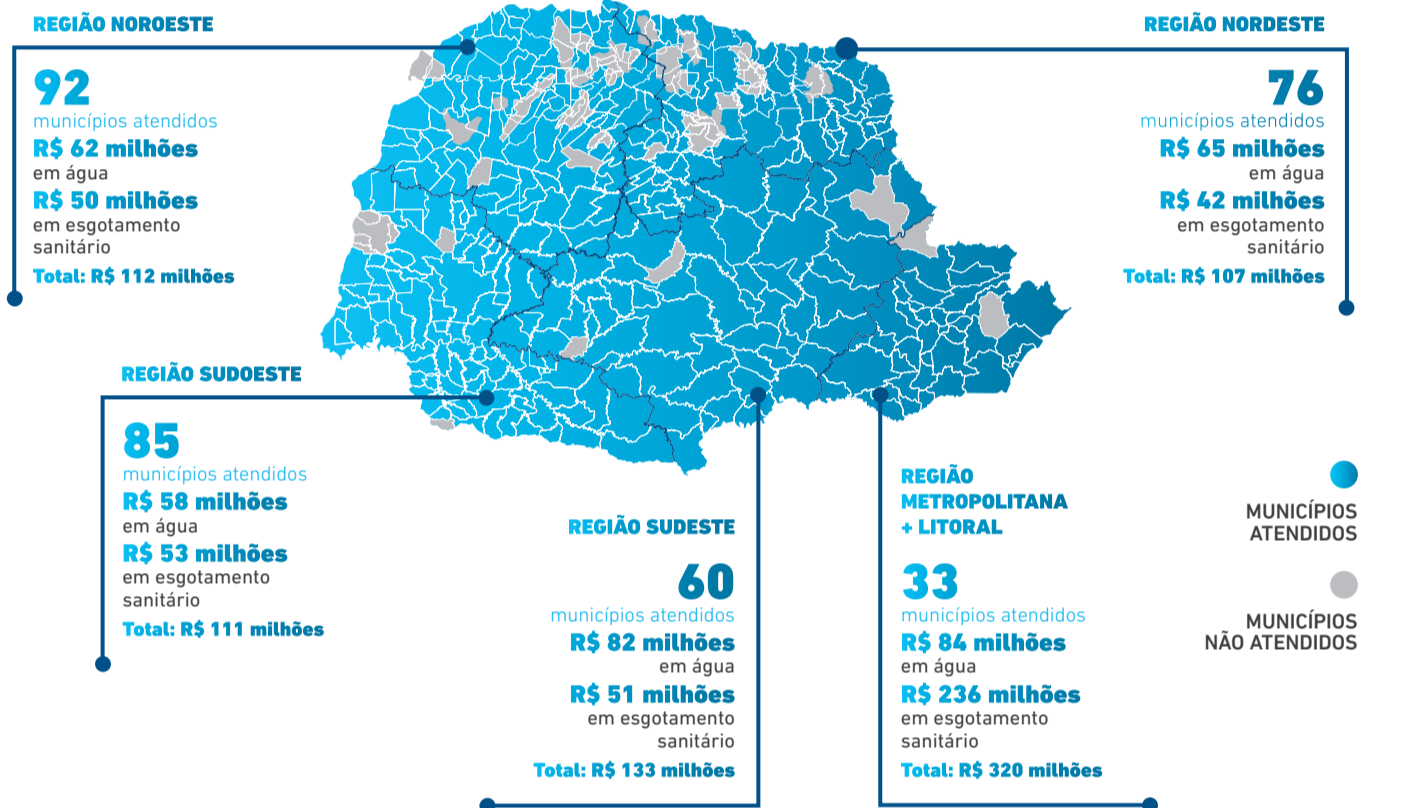
O Plano Estadual de Recursos Hídricos aponta que a disponibilidade hídrica do Paraná é de 1.153.170 litros por segundo (l/s), volume superior à demanda estimada em 51.364 l/s. A proporção é considerada confortável, mesmo que na região metropolitana da capital paranaense esteja o maior ponto de atenção, pois a demanda alcança cerca de 23% da disponibilidade total do Sis-

tema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (Saic).

No entanto, essa condição favorável, que inclui bons regimes de chuvas nos últimos anos e uma estrutura de captação diversificada, não é avaliada pela Sanepar como confortável. A empresa investe no planejamento de longo prazo, a exemplo da Barragem Miringuava, na região metropolitana de Curitiba, na excelência da gestão, na redução de perdas e na qualidade da água para garantir a estabilidade dos serviços diante de riscos futuros de estiagem e do aumento da demanda, cenários inerentes ao setor.

A Sanepar também vem expandindo os serviços de coleta e tratamento de esgoto, viabilizando o lançamento do efluente tratado e reduzindo os impactos nos corpos d'água.

## LOCAIS DE ATUAÇÃO E DE INVESTIMENTO



| Investimentos (R\$ Milhões) | 2011         | 2012         | 2013         | 2014         | 2015         | 2016         | 2017         | 2011 - 2017    |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Água                        | 123,7        | 208,6        | 348,4        | 408,6        | 300,4        | 261,9        | 351,6        | 2.003,2        |
| Esgoto                      | 207,1        | 240,6        | 361,5        | 468,0        | 446,8        | 431,3        | 432,0        | 2.587,3        |
| Outros                      | 23,4         | 27,1         | 77,1         | 77,4         | 47,8         | 49,2         | 96,9         | 398,9          |
| <b>Total</b>                | <b>354,2</b> | <b>476,3</b> | <b>787,0</b> | <b>954,0</b> | <b>795,0</b> | <b>742,4</b> | <b>880,5</b> | <b>4.989,4</b> |

## PRÊMIOS E DESTAQUES

• **Conquista do troféu Quirón Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS).**

Em 20 anos da premiação promovida pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), a Sanepar chegou a marca de 42 troféus. Pela primeira vez, a Sanepar recebeu o prêmio de forma corporativa.

• **Única representante do segmento de saneamento básico no Prêmio Valor Inovação 2017.**

Ficou em terceiro lugar entre as cinco colocadas no setor Serviços. O ranking é elaborado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a consultoria PwC.

• **Integra novamente o grupo das Maiores e Melhores da revista Exame:**

No setor de infraestrutura, a Companhia é a melhor colocada entre as 100 maiores da Região Sul e está em segundo lugar, no setor, entre as 1.000 maiores empresas do Brasil. No ranking geral da Região Sul, a Sanepar ocupa a 18ª posição, ante o 24º lugar na edição anterior.

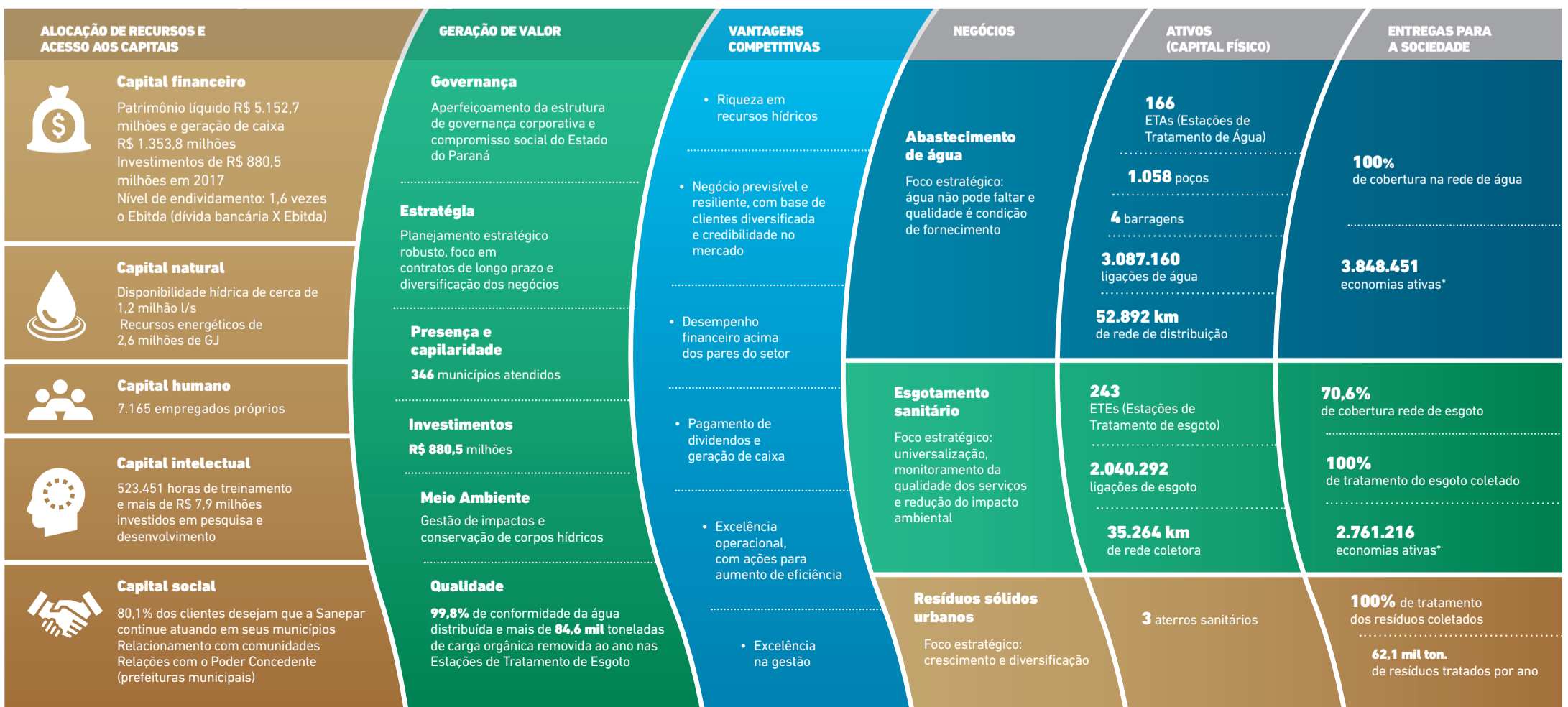
• **Ranking Abes da Universalização do Saneamento 2017**

Avalia as condições do saneamento em relação à universalização nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, dois Municípios atendidos pela Sanepar, Curitiba e Maringá, integram o grupo de estudos denominado "Rumo à Universalização".

## MODELO DE NEGÓCIOS

A representação a seguir demonstra como a Sanepar utiliza os diferentes capitais em suas operações e quais são as principais entregas à sociedade, conforme mapeamento baseado nas diretrizes de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

\*O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.



# Relatório da Administração 2017

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2016, a Sanepar se impôs o desafio de aprimorar sua gestão profissional que já era consolidada, seguindo os preceitos éticos e de transparência nas tomadas de decisão. Mas foi no ano de 2017 que a Companhia passou a adotar medidas de administração mais modernas e empresariais, com foco nos resultados, sem perder, no entanto, sua função social, característica de uma empresa pública.

Nesse sentido, há alguns itens que merecem destaque:

Alinhamento aos requisitos do Nível 2 de governança do mercado de capitais, composto por critérios mais rigorosos, como balanço anual seguindo as normas de contabilidade internacional, mandato unificado para todo o Conselho de Administração, direito à voto às ações preferenciais em algumas matérias.

Adequação à Lei das Estatais 13.303/2016, que regulamenta a atividade econômica das empresas públicas e das sociedades de economia mista, como é o caso da Sanepar e subsidiárias. Considerada um marco no país, a lei estabelece regras mais rígidas para compras, licitações e nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração.

Operar dentro de ambiente regulado: toda revisão tarifária passa pela avaliação de um agente regulador independente do Estado (no caso, a Agência Reguladora do Paraná - Agepar), medida necessária para a empresa que tem suas ações no mercado. O aumento da tarifa em 25,63%, em 2017, diluído ao longo de oito anos foi uma decisão do órgão, por exemplo. Se por um lado, o novo modelo é considerado mais claro porque toda avaliação é feita por meio de modelos matemáticos, por outro, ele impõe metas desafiantes que fazem a empresa buscar mais eficiência e menor custo. A revisão tarifária implica também no cálculo do "Fator X", espécie de fotografia da produtividade da empresa. O "Fator X" tem como objetivo compartilhar com os clientes os ganhos de produtividade decorrentes do crescimento do mercado do serviço regulado, previstos para o ciclo tarifário (período compreendido entre as revisões tarifárias), onde é aplicado um deflator (%) sobre os reajustes tarifários anuais. Para o primeiro ciclo (2017-2020) o "Fator X" é de 0,77%, que corresponde a R\$ 143 milhões. A Companhia analisa mensalmente sua eficiência, que representa o "Fator X", e define ações para garantir que tais ganhos de produtividade sejam, no mínimo, iguais ao percentual definido na revisão tarifária. Embora a regulação seja uma mudança importante para a Sanepar, a Companhia se prepara para ela desde 2013. Com o apoio de uma consultoria especializada, a empresa elaborou uma metodologia de reajuste tarifário e de Revisão Tarifária Periódica (RTP), atualizou o Regulamento Geral dos Serviços e veio capacitando ao longo do tempo os empregados, além de realizar diversas atividades inerentes ao processo regulatório. A Sanepar acredita que esse aprimoramento do modelo tarifário proporciona valores justos e adequados à tarifa para garantir a qualidade dos serviços e o equilíbrio financeiro da empresa.

### Missão

Prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

### Visão

Ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do saneamento ambiental.

### Valores

Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Comprometimento, Profissionalismo, Transparência e Ética.

## SUSTENTABILIDADE

Na Sanepar, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira integrada, considerando os aspectos econômico-financeiro, social e ambiental. Por essa razão, ela integra uma das perspectivas do Mapa Estratégico da Companhia e direciona seus esforços de geração de valor compartilhado para os públicos de relacionamento. Mais do que um conceito, a sustentabilidade é praticada de maneira transversal na Companhia, tendo em vista que as tomadas de decisão consideram o aspecto econômico-financeiro alinhado aos pilares ambiental e social. A empresa persegue resultados financeiros consistentes, pois só assim será capaz de manter e ampliar o fornecimento de água de qualidade e a coleta e tratamento do esgoto de modo eficiente e responsável.

Por depender dos recursos hídricos, a Companhia reconhece que o cuidado com o meio ambiente é imprescindível para os negócios e para a perenidade da empresa. Essa atuação conjunta faz com que a Missão da Sanepar seja voltada para a prestação de serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Há dois anos, a Empresa definiu nove temas materiais que norteiam as prioridades na gestão cotidiana da sustentabilidade e direcionam os esforços de geração de valor compartilhado da Companhia e seus públicos estratégicos. Os temas mais relevantes são apresentados considerando a forma como a Sanepar os gerencia, suas interconexões com as atividades da Empresa e os principais resultados alcançados no ano.

- Governança corporativa, transparência e combate à corrupção
- Conformidade legal e relações com entidades regulatórias
- Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro
- Qualidade dos serviços
- Eficiência operacional e melhoria de infraestrutura
- Redução dos impactos ambientais da operação e a busca de eficiência energética
- Gestão de recursos hídricos
- Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário
- Educação ambiental

### NOVO MODELO TARIFÁRIO

Em um processo que teve início em 2014, a definição da Primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) foi concluída em 2017 por meio da Resolução Homologatória nº 003 de 12 de abril de 2017, emitida pela Agência Reguladora do Paraná (Agepar), que definiu o Reposicionamento Tarifário, Diferimento e Reestruturação Tarifária a serem adotados pela Sanepar.

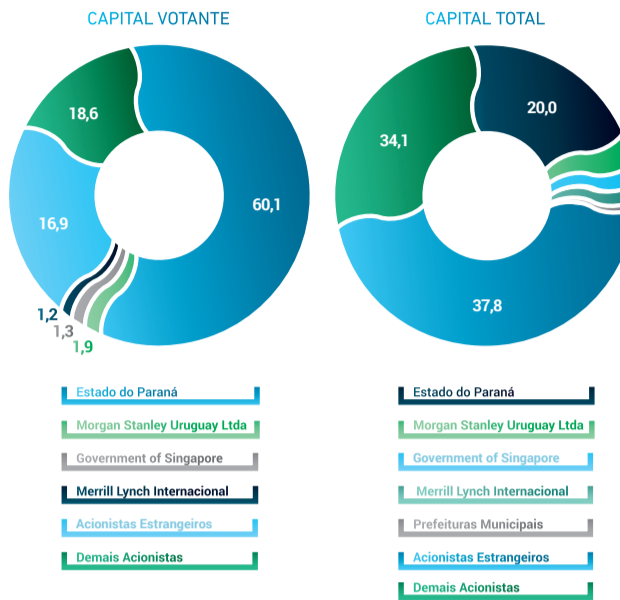
O índice de 25,63% foi aprovado pela Agepar, que decidiu pela aplicação do reajuste parcelado em oito anos. A primeira parcela de 8,53%, foi efetuada em 2017, e as demais, serão aplicadas a cada ano, a um índice de 2,11% acrescido da diferença entre a receita requerida e a receita verificada com correção financeira pela Taxa Selic. Os requisitos e benefícios da Tarifa Social foram mantidos. A Sanepar acredita que o novo modelo confere mais segurança ao processo, proporcionando valores justos e adequados para garantir a qualidade e o equilíbrio do sistema.

As metodologias para Revisão Tarifária Periódica (RTP) propõem um realinhamento econômico da tarifa, que inclui a atualização dos valores de todos os ativos da empresa. O objetivo é redefinir a Base de Ativos Regulatória (BAR), considerando também a real necessidade de investimentos, para além da reposição das perdas com a inflação.

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Por estar listada no Nível 2 de governança da B3, a empresa é impulsionada a adotar boas práticas de governança e de comunicação com os investidores e o mercado. A Sanepar é controlada pelo Estado do Paraná, que detém 20,0% do capital total e 60,1% do capital votante. A outra parte das ações pertence a acionistas minoritários. O *free float* (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA POR TIPO DE INVESTIDOR:



### ESTRUTURA DE TOMADA DE DECISÃO

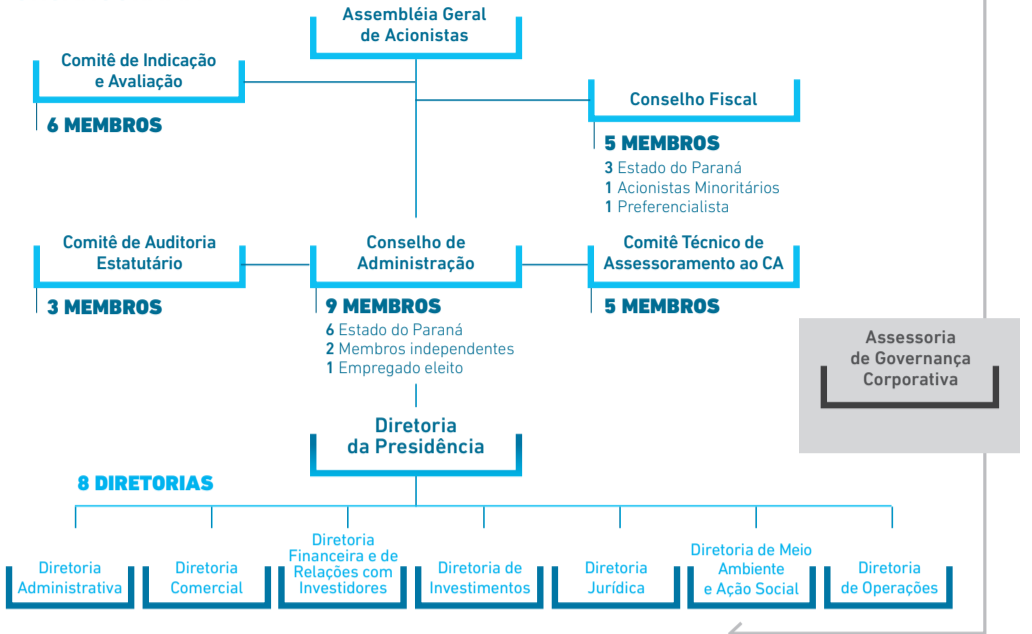
O Conselho de Administração (CA), responsável pela condução estratégica do negócio, é composto por nove membros efetivos, sendo necessariamente um deles eleito entre os empregados e 25% membros independentes, além de nove suplentes distribuídos de igual forma. Todos têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, limitado a três reconduções consecutivas. As reuniões acontecem mensalmente, com possibilidade de convocação extraordinária. Fazem parte das atribuições do Conselho: fixar a orientação geral do negócio, realizar gestão de risco, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes e homologar processos licitatórios e compras públicas acima do valor determinado pelo Estatuto Social da Empresa.

A Companhia também tem um Comitê Técnico, cuja função é assessorar tecnicamente as tomadas de decisão do Conselho de Administração, um Comitê de Auditoria Estatutário e um Comitê de Indicação e Avaliação.

O Conselho Fiscal acompanha as práticas fiscais e contábeis da Companhia e a prestação de contas anual. É composto por cinco membros, um deles indicado pelo acionista minoritário e outro pelo preferencialista. Os conselheiros são eleitos anualmente pela Assembleia Geral, limitado a duas reconduções consecutivas. O órgão é permanente e se reúne mensalmente.

Com a responsabilidade de executar a estratégia de negócio e as diretrizes gerais estabelecidas pelo CA, a Diretoria Executiva é composta por oito membros aptos para exercer a função, com formação específica para o cargo e reputação ilibada. Essa diretoria se reúne semanalmente ou de forma extraordinária, desde que convocada pelo Diretor-presidente ou por dois Diretores.

## ORGANOGRAMA



### RELACIONAMENTO COM OS INVESTIDORES

A Sanepar divulga informações trimestrais, além de demonstrações contábeis anuais, avisos aos acionistas, comunicados ao mercado, fatos relevantes e cotação de ações. Também são disponibilizadas informações sobre a regulação do setor de saneamento e a destinação de lucros da Companhia.

A divulgação é dirigida, principalmente, a acionistas, analistas de mercado e investidores. Os dados ajudam na tomada de decisão sobre o investimento em ações da Companhia e são publicados no site [www.sanepar.com.br/investidores](http://www.sanepar.com.br/investidores).

### COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A Sanepar está comprometida com a conformidade e a ética, investindo de forma contínua no aprimoramento de suas estruturas internas como forma de assegurar os mais altos padrões na condução dos negócios. Em 2017, a empresa passou a seguir as melhores práticas em governança, incluindo evoluções de compliance, implantadas pela revisão do Estatuto da Companhia no ano anterior, como a entrada de dois membros independentes no Conselho de Administração, indicados pelo acionista minoritário, e a criação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Indicação e Avaliação.

### GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em 2017, a Sanepar implementou o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos, com suporte de consultoria especializada, por meio de mecanismos que incorporaram a gestão de risco em todas as instâncias decisórias da Companhia: conselhos, diretorias e gerências, prevenindo ainda, a capacitação de agentes internos e o alinhamento das rotinas de controles e auditorias internas.

A Matriz de Riscos Estratégicos foi definida com base na metodologia COSO-ERM e identificou 25 Riscos Estratégicos e 115 Fatores de Riscos, priorizados e validados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração. Nessa primeira fase do processo, foram definidos seis riscos estratégicos a serem tratados e monitorados pelos seus respectivos responsáveis, com os principais pontos de mitigação:

- 1. Redução de Receita**  
Risco de natureza financeira voltado à gestão das concessões e ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade e Clientes, com foco na manutenção e na ampliação do mercado de atuação da Companhia.
- 2. Não renovação ou perda de contratos de programa**  
Risco de natureza contratual voltado para a gestão das concessões e ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade e Clientes, com foco na manutenção e na ampliação do mercado de atuação da Companhia.
- 3. Não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais**  
Risco de natureza ambiental voltado para a gestão operacional e de compliance ambiental, ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade, Clientes e Processos, que focam na manutenção e ampliação do mercado de atuação da Companhia, no fortalecimento da imagem da empresa e na garantia da gestão ambiental.
- 4. Não execução do plano de investimento**  
Risco de natureza operacional voltado à gestão dos empreendimentos, ligado à perspectiva estratégica Clientes, que tem como o objetivo promover a universalização do saneamento ambiental.
- 5. Falha no posicionamento perante sociedade do propósito Sanepar**  
Risco de natureza de imagem voltado a gestão da comunicação, ligado às perspectivas estratégicas Clientes e Pessoas, que buscam elevar a satisfação do cliente e a atuação da empresa com responsabilidade socioambiental.

**Do no do risco:** Diretor de Meio Ambiente

O Programa de Integridade também foi estruturado como forma de sistematizar medidas anticorrupção previstas pela Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e detalhadas no artigo 41 e seguintes do Decreto Federal 8.420/2015. Além da legislação, o programa segue parâmetros de referência, como os manuais da Controladoria Geral da União (AGU) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Alguns destaques:

- Implantação da Matriz de Riscos Estratégicos, que norteia o Sistema de Gestão de Riscos Corporativos.
- Intensificação da utilização e comunicação do Código de Conduta e Integridade, que orienta empregados e parceiros de negócios sobre temas diversos: relacionamento no ambiente de trabalho com diferentes públicos (fornecedores, concorrentes, Poder Concedente, entre outros), conflito de interesses, recebimento de presentes e suborno.
- Aperfeiçoamento do Relatório Anual de Controle Interno, que reúne as ocorrências significativas da área, e subsidia a elaboração do Parecer do Controle Interno. Os órgãos de controle utilizam esse documento nas avaliações anuais da Sanepar, especialmente, na prestação de contas anual da Companhia.

Essas e quaisquer mudanças necessárias acontecem simultaneamente aos processos cotidianos da Empresa, com a disseminação de informações e a capacitação dos empregados por meio de treinamentos periódicos e de campanhas, além da auditoria de processos. Ao longo do ano, os treinamentos totalizaram 523.541 horas, com média de 71,29 horas por empregado. Todas as unidades da Sanepar passaram por avaliação de riscos, incluindo os de corrupção. Em 2017, foram realizados 61 trabalhos de auditoria, na grande maioria das 84 unidades organizacionais. Nesses trabalhos, foram avaliados os riscos de processo e problemas de gestão, inclusive a identificação de eventuais casos de denúncias. Em atenção à Lei Anticorrupção (12.846/2013), a Sanepar mantém 100% da avaliação de suas operações e não houve comprovação de nenhum caso nesse sentido nos últimos três anos, metas que seguem para 2018.

A Ouvidoria é um dos canais voltados para o tema. Por meio dela, foram recebidas em 2017, 13 denúncias de corrupção. Porém não houve nenhum caso comprovado. Por cautela, as situações suspeitas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis para investigação e tomada de providência. Por meio do site da empresa ([www.sanepar.com.br](http://www.sanepar.com.br)) é possível acessar o Portal da Transparência, que permite o maior controle social das informações, e do Canal de Denúncia, com garantia de anonimato ao denunciante.

**Pontos de mitigação:** melhorar as formas de comunicação, sensibilizar os clientes sobre a cadeia de valor do processo de fornecimento de água e coleta de esgoto, diminuir a deficiência no processo de comunicação e a deterioração da reputação/marca.

**Do no do risco:** Diretor-Presidente

### 6. Desequilíbrio econômico-financeiro frente aos contratos de programa

Risco de natureza financeira voltado para a gestão regulatória, ligado à perspectiva estratégica Sustentabilidade, com foco na sustentabilidade econômico, financeira e socioambiental dos negócios.

**Pontos de mitigação:** reajuste da tarifa, reduzir o aumento dos custos operacionais e de novos contratos com municípios deficitários e sem planejamento, ter cautela quanto a investimentos não prudentes e evitar a falha no atendimento ao novo modelo de composição tarifária ("Fator X").

**Do no do risco:** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Ainda com um cenário macroeconômico instável no Brasil, a Sanepar obteve resultados importantes em um ano que foi marcado pela conclusão da Primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP). A Companhia teve a aprovação da revisão pela Agência Reguladora do Paraná (Agepar), medida necessária por conta do ambiente regulado. O índice de reposição tarifária proposto pela Companhia de 25,63% foi aprovado para ser diferido em oito anos, sendo a primeira parcela de 8,53% implementada a partir junho de 2017. A Companhia também seguiu avançando nos investimentos em infraestrutura e na busca pela excelência dos serviços. O valor investido foi ampliado em 2017, chegando a R\$ 880,5 milhões, alta de 18,6% em relação ao volume aplicado no ano anterior, de R\$ 742,4 milhões. Parte desses recursos foi destinado para a expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto, além de garantir a segurança hídrica aos municípios atendidos.

A busca por produtividade e eficiência em 2017 foi reforçada com os programas de Aposentadoria Incentivada (PAI) e de Demissão Voluntária (PDV). O resultado foi a adesão de 299 funcionários nos dois programas, que representará uma economia anual de cerca de R\$ 59 milhões para a Empresa. Isso representa uma redução de 5,4% na folha de pagamento – o *payback* dos programas está estimado em nove meses.

Vale ressaltar que a Sanepar mantém sua previsibilidade de receita com contratos de longo prazo e base de clientes diversificada, o que garante a resiliência da Companhia. Com prazo médio de 20 anos dos contratos vigentes, o índice de *maturity* (prazo remanescente proporcional à participação da receita para os dez maiores contratos da Sanepar), é de 17,1 anos. A base de clientes é bastante pulverizada: 345 municípios e 291 distritos do Paraná (93% da população do Estado) e um município em Santa Catarina. Atualmente, 4,1% dos contratos estão em processo de renovação, 17,3% venceram até 2026 e 78,6% foram renovados, com vencimento após 2027.

Outro destaque do período diz respeito à classificação da agência de riscos Moody's, que

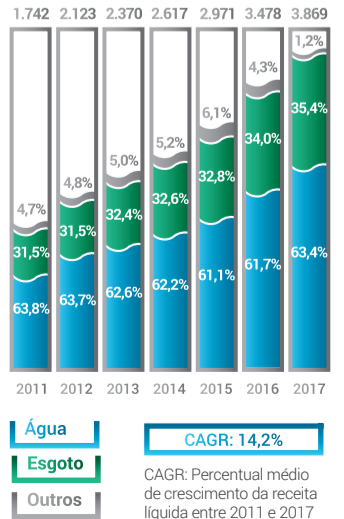
elevou a nota da Sanepar para Ba2, em escala global, e para Aa2.br, em escala nacional. Segundo a agência, essa evolução se deve à conclusão da primeira revisão tarifária sob um mecanismo mais previsível de estabelecimento de tarifas. A Moody's destacou também o perfil de crédito da Sanepar "suportado pelo histórico de intervenção estatal limitado" e a expectativa de que "o desempenho operacional resiliente continuará traduzindo-se em métricas de créditos fortes".

Apesar da recessão econômica, a agência considera que as quatro companhias de saneamento do País avaliadas devem manter um desempenho operacional "relativamente isolado" do contexto brasileiro, em razão da natureza essencial do serviço de fornecimento de água, da elevada concentração em clientes residenciais e do histórico de compensação tarifária para custos relacionados à inflação. Entretanto, a perspectiva visualizada pela Moody's é negativa para os *ratings* dos títulos do governo do Brasil – e a qualidade de crédito de companhias como a Sanepar continua altamente dependente da qualidade de crédito soberano. Já a Fitch Ratings manteve o Rating Nacional de Longo Prazo AA(Bra) à Sanepar, com perspectiva estável, concedido em 2016.

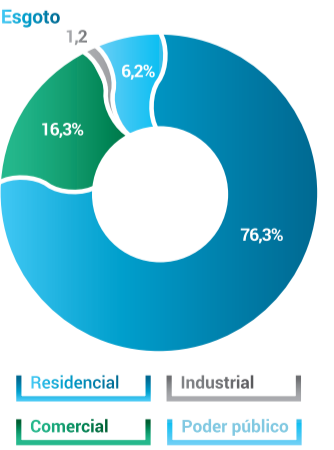
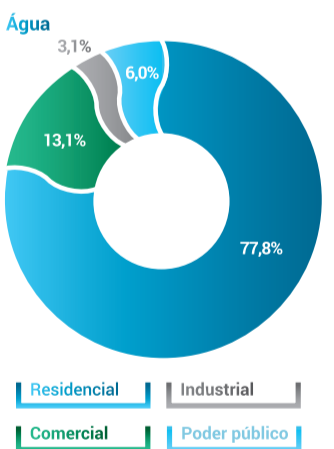
### RECEITAS

A receita operacional líquida cresceu 11,3% em comparação com o ano de 2016, influenciada, principalmente, pela Revisão Tarifária Periódica, com reajuste de 8,53% nas tarifas, aplicado nas contas faturadas a partir de junho. A constante ampliação dos serviços, com 61 mil novas ligações de água e 87 mil ligações de esgoto, também contribuiu para o incremento na receita.

### RECEITA LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)



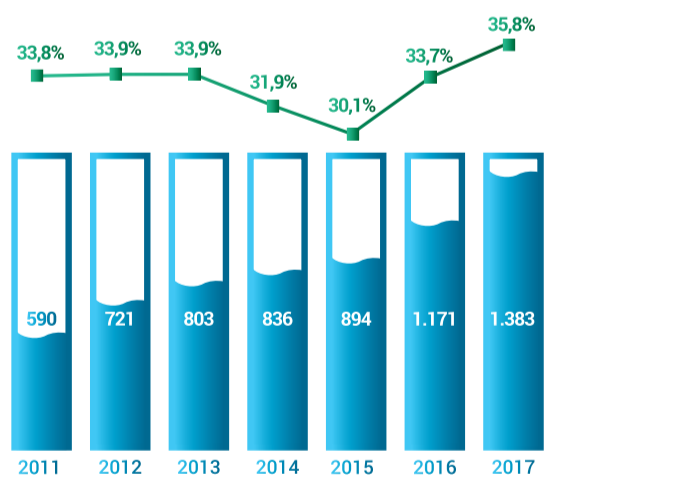
### COMPOSIÇÃO DA RECEITA 2017



### EBITDA

O EBITDA, que representa a geração de caixa operacional da Companhia, atingiu R\$ 1.383,5 milhão em 2017, contra R\$ 1.171,0 milhão no ano anterior. O resultado positivo é decorrente do crescimento de 11,3% na receita operacional líquida, enquanto os custos e despesas que impactaram o EBITDA tiveram aumento de 7,8%. O custo com energia elétrica, principal insumo da Companhia, foi 1,6% inferior ao exercício de 2016. Os custos e despesas com pessoal cresceram 4,9% em 2017, enquanto em 2016 eles apresentaram um crescimento de 10,7%. A queda é resultado dos esforços da administração para controle de gastos com implementação de programas como o PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada e o PDV – Programa de Demissão Voluntária. A combinação desses esforços permitiu também uma evolução na margem EBITDA que chegou a 35,8% – em 2016 foi de 33,7%.

### EBITDA E MARGEM EBITDA



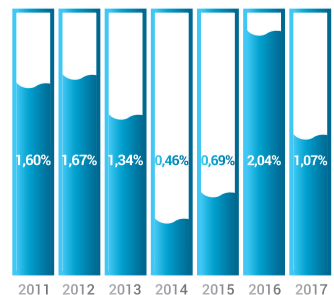
| EBITDA (R\$ MIL)                | 2015           | 2016             | 2017             | Var. % 2016 x 2017 |
|---------------------------------|----------------|------------------|------------------|--------------------|
| DESCRIÇÃO                       |                |                  |                  |                    |
| Lucro líquido                   | 438.444        | 626.847          | 686.172          | 9,5%               |
| (+) Tributos sobre o lucro      | 101.870        | 162.738          | 227.901          | 40,0%              |
| (+) Resultado financeiro        | 159.474        | 164.281          | 222.167          | 35,2%              |
| (+) Depreciações e amortizações | 194.194        | 217.111          | 247.282          | 13,9%              |
| <b>(=) EBITDA</b>               | <b>893.982</b> | <b>1.170.977</b> | <b>1.383.522</b> | <b>18,2%</b>       |
| <b>Margem EBITDA</b>            | <b>30,1%</b>   | <b>33,7%</b>     | <b>35,8%</b>     | <b>2,1 p.p.</b>    |

1. A Companhia calcula o Ebitda conforme a instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### INADIMPLÊNCIA

Em 2017, a Companhia melhorou sua performance quanto à inadimplência, reduzindo o índice de 2,04%, em 2016, para 1,07%. Mesmo diante de um cenário macroeconômico desfavorável, as ações de aperfeiçoamento contínuo no relacionamento com os clientes e de negociação dos débitos produziram os efeitos positivos planejados.

### ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA



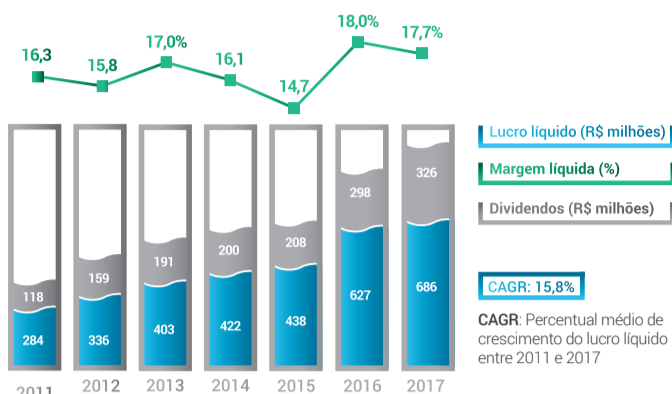
# Relatório da Administração 2017

## LUCRO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Sanepar registrou crescimento de 9,5% no lucro líquido, que foi de R\$ 686,2 milhões em 2017. No ano anterior, o valor registrado foi de R\$ 626,8 milhões. A margem líquida foi de 17,7%. Além do aumento da receita e

da gestão eficiente de custos e despesas, a economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos contribuiu positivamente para o crescimento do lucro no montante de R\$ 108,5 milhões.

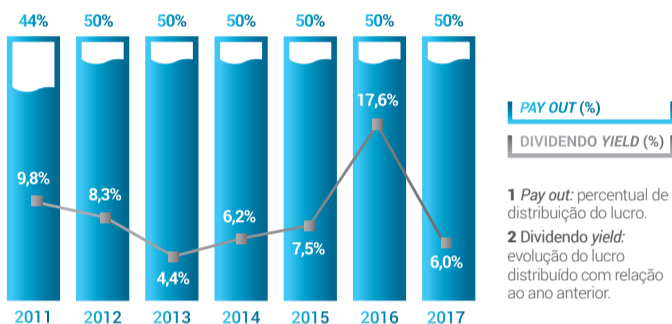
## LUCRO LÍQUIDO, MARGEM LÍQUIDA E DIVIDENDOS



A determinação legal concede aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado. Contudo, a política de dividendos da empresa prevê que a administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio de até mais 25% do lu-

cro líquido. A administração da Companhia está propondo a distribuição de 50% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de R\$ 325,6 milhões, referentes ao resultado de 2017. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2017. O rendimento da ação aos acionistas (Dividendo Yield) foi de 6,0% em 2017.

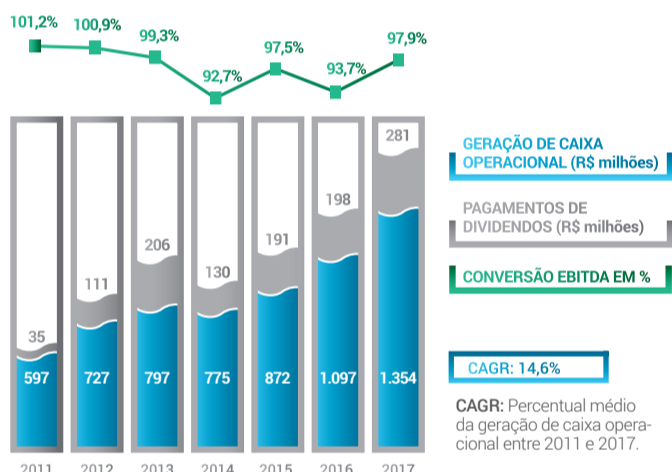
## PAY OUT<sup>1</sup> E DIVIDENDO YIELD<sup>2</sup>



A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 1.353,8 milhão em 2017, variação de 23,4% em relação ao exercício anterior. No mesmo

período, foi pago o montante de R\$ 281,3 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor 42,4% superior ao exercício anterior.

## GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL, PAGAMENTOS DE DIVIDENDOS E CONVERSÃO EBITDA

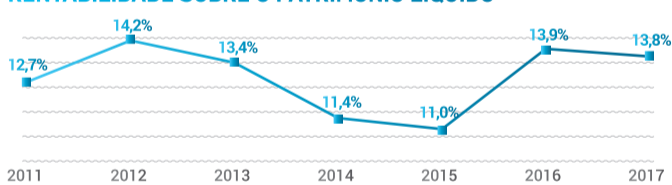


## ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido manteve-se estável, alcançando 13,8% em 2017, tendo chegado a 13,9% no ano anterior. A Companhia encerrou o exercício com ativos

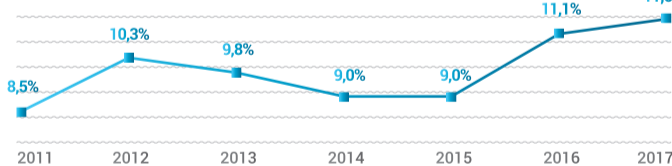
de R\$ 10,1 bilhões e dívida total de R\$ 5 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 49,1%, enquanto o Patrimônio Líquido correspondeu a R\$ 5,2 bilhões.

## RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

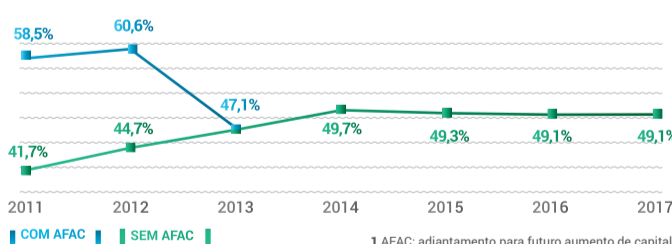


O retorno sobre o capital investido foi de 11,6%, superior ao ano anterior que foi de 11,1%.

## RETORNO SOBRE CAPITAL INVESTIDO



## ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO<sup>1</sup>

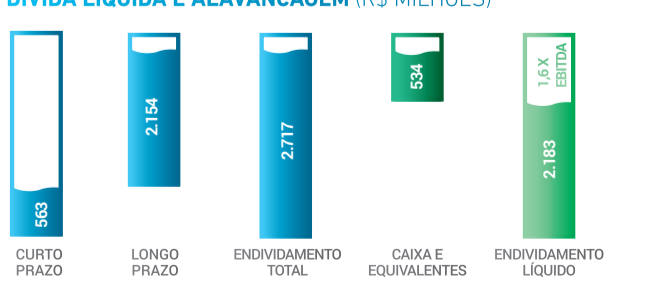


## DÍVIDA LÍQUIDA

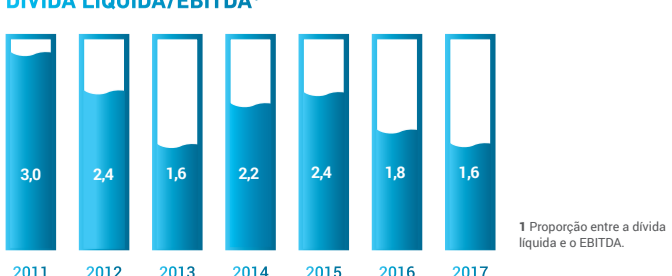
A Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 2.182,9 milhões ao final do exercício de 2017. A Dívida Bancária Líquida versus o EBITDA foi de 1,6 vezes. Com isso,

a Companhia atendeu às obrigações contratuais (covenant) decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, que é de até 3 vezes.

## DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM (R\$ MILHÕES)



## DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA<sup>1</sup>



## MERCADO DE AÇÕES

Por solicitação dos acionistas, a Companhia aprovou em 2017 a formação de Units com as ações ordinárias e preferenciais de sua emissão. Em novembro do mesmo ano, a empresa passou a negociar juntamente com as ações ordinárias (SAPR3) e preferenciais (SAPR4) certificados de depósitos – Units (SAPR11), que possuem em sua formação uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Em dezembro, as ações Preferenciais Nominativas (PN) da Sanepar – SAPR4 – fecharam em R\$ 11,70, ficando 8,84% superior ao valor de fechamento de 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$ 10,75. As ações Ordinárias Nominativas (ON) fecharam em R\$ 12,31, ficando 104,49% superior ao valor da última negociação ocorrida em 2016, que foi de R\$ 6,02. Os Certificados de Depósitos – Units (SAPR11) atingiram R\$ 59,90.

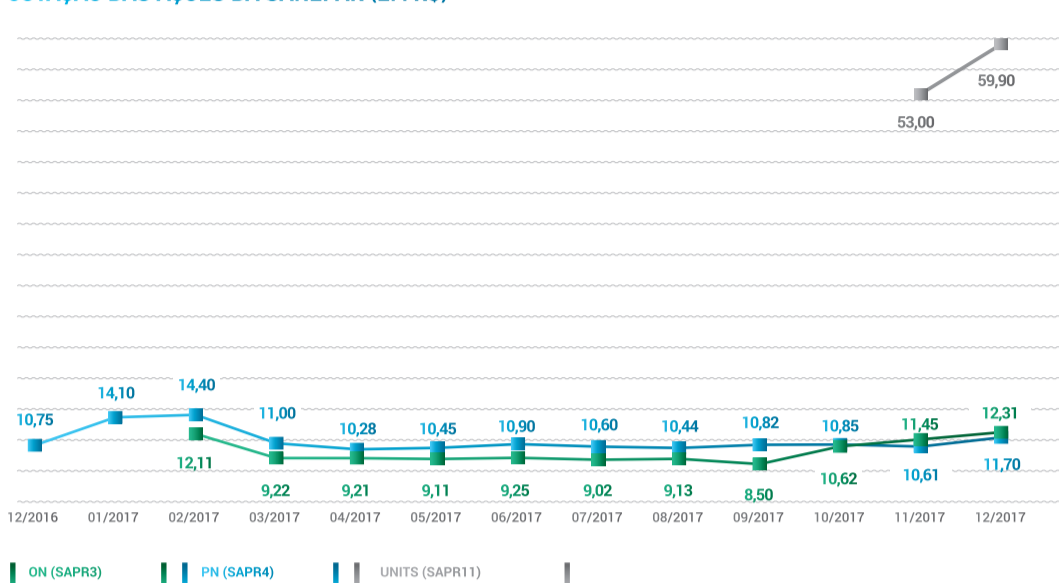
O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,23, ante os R\$ 9,55 de 31 de dezembro de 2016. O volume financeiro de negócios com ações e Units da Sanepar em 2017 foi de R\$ 10.434,7 milhões e em 2016 foi de R\$ 1.257,9 milhão.

## SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Sanepar respeita a independência do auditor externo, entendendo a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. atuou como auditora da Sanepar na revisão das informações trimestrais (ITRs) desde o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012 até o trimestre concluído em 30 de junho de 2017, também emitiu a Carta de Conforto para a operação de re-IPO no ano de 2016 e para o processo de formação de Units no ano de 2017. Nesse período, foram revisadas as informações trimestrais e auditadas as demonstrações financeiras dos exercícios de 2012 a 2016.

Atualmente, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. atua como auditora da Sanepar para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2017 e a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2017 e dos 1º e 2º trimestres de 2018. O contrato com a auditoria tem duração de 12 meses, contados a partir de 3 de outubro de 2017. Adicionalmente, emitiu a Carta de Conforto para a operação de formação de Units no exercício de 2017. Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

## COTAÇÃO DAS AÇÕES DA SANEAPAR (EM R\$)



## ESTRATÉGIA E GESTÃO

O planejamento estratégico da Sanepar está alinhado à Lei 13.303/2016, aos princípios institucionais e aos Valores da Empresa (Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Comprometimento, Profissionalismo, Transparência e Ética) e se organiza a partir das perspectivas e objetivos estratégicos abaixo. Ele guia todas as áreas da Companhia na elaboração e execução dos planos de ação e orienta as iniciativas para gerar resultados que atendam aos desafios atuais e futuros, proporcionando o melhor desempenho e gerando valor para as partes interessadas. Os objetivos estratégicos relacionados a cada perspectiva são:

- Sustentabilidade:** buscar a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental.
- Clientes:** manter e ampliar o mercado de atuação, promover a universalização do saneamento, elevar a satisfação dos clientes e fortalecer a imagem da empresa.

- Processos:** investir no desenvolvimento institucional, melhorar a eficiência dos processos, buscar a excelência dos produtos e serviços e assegurar a gestão ambiental.
- Pessoas:** aprimorar a gestão do conhecimento, promover a satisfação das pessoas e atuar com responsabilidade socioambiental.

## PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é elaborado com uma visão de cinco anos, considerando estudos técnicos preliminares, planos diretores de saneamento, diagnósticos operacionais e ambientais, demandas dos sistemas de abastecimento das localidades, além de compromissos assumidos, como as metas dos contratos de programa e de concessão e possíveis adequações para o cumprimento de exigências ambientais suplementares.

Os investimentos de curto, médio e longo prazos da Sanepar são previstos no PPI, que inclui os projetos com fontes de recursos asseguradas por meio de financiamento ou orçamento da empresa, e aqueles para os quais é necessário a captação de recurso. Em 2017, todos os 346 municípios atendidos pela Sanepar foram contemplados com investimentos em água ou esgoto; foi iniciada a obra da Barragem Miringuava e as obras do sistema de esgotamento sanitário no Litoral foram antecipadas em quase um ano em relação ao cronograma previsto.

## EXCELÊNCIA RECONHECIDA

As boas práticas de gestão e os resultados de desempenho possibilitaram, pela primeira vez, em 2017, a premiação da Sanepar no nível corporativo com o Troféu Quíron Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), pro-

movido pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), o maior reconhecimento para o setor no país. A empresa também foi contemplada com Troféu Quíron Ouro para a Gerência Geral Sudoeste e para as Unidades Regionais Cascavel e Pato Branco.

Essa premiação reflete para o mercado que a Sanepar adotou por completo o Modelo de Excelência de Gestão® (MEG), composto por metodologia de autoavaliação, avaliação independente e reconhecimento de boas práticas de gestão, desenvolvido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e introduzido no setor pelo PNQS.

## CLIENTES

Relacionamento transparente, coerente e justo. Essa é conduta que a Sanepar estabelece com seus clientes ao aprimorar, ano a ano, os seus processos, buscando qualidade, agilidade no atendimento e universalização dos serviços. Dois grupos distintos são atendidos pela Empresa: o

Poder Concedente, municípios que cedem os serviços por meio de contratos, e os consumidores finais, que recebem e consomem água potável, se utilizam da rede coletora e do serviço de tratamento de esgoto, e do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos.

## PODER CONCEDENTE

O Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007), associado às leis que regem o setor, introduziu uma nova forma de relacionamento conhecido como contrato de programa, entre os municípios e o prestador de serviço. Atendendo ao que estabelece a legislação, a Sanepar já firmou 159 contratos nessa modalidade, sendo que em 2017 foram assinados 15 novos. Além dos contratos de programa, a Companhia também mantém os de concessão, o que totaliza 95% de contratos vigentes.

O contrato prevê a prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto pelo prazo de 30 anos, incluindo a execução de obras, a conformidade com a legislação sanitária e ambiental e a evolução dos níveis de atendimento com foco na melhoria da qualidade de vida da população. A alta capilaridade da empresa, com operações em todas as regiões do Estado, representa uma vantagem competitiva para o negócio em função do grande volume de contratos. Porém, significa também um desafio no que se refere às formas de gestão e de relacionamento com os representantes do Poder Concedente, em razão das particularidades de cada localidade e dos gestores municipais.

## PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Conforme estabelece o Marco Regulatório do Saneamento, todos os municípios brasileiros devem ter um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sob risco de ser vetado o acesso aos recursos federais. A elaboração do PMSB inclui consultas populares, que ocorrem por meio de audiências públicas e funcionam como um mecanismo de controle social. Nesse sentido, a Sanepar tem fortalecido a parceria com os municípios, cooperando tecnicamente para a elaboração dos planos de saneamento que envolvem água e esgoto.

O PMSB deve ser revisado a cada quatro anos, prevendo ações necessárias para assegurar e aumentar o acesso da população aos serviços de saneamento. Serviços esses que incluem: água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano e drenagem e destinação das águas da chuva.

## IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO

A Companhia mantém uma agenda anual de encontros e visitas com foco no monitoramento dos contratos de programa/concessão e das metas de atendimento dos serviços prestados, na identificação de demandas relacionadas aos contratos e na prospecção de novos clientes. Em 2017, foram realizadas mais de 560 visitas. A Sanepar também implementou o Programa Comunidade Sanepar, que promove reuniões com as comunidades para ouvir os anseios e as necessidades da população nas questões de infraestrutura de saneamento, além de repassar informações sobre os produtos, serviços e investimentos realizados.

## CONSUMIDOR FINAL

Para assegurar a excelência dos serviços prestados – água, esgoto e gestão de resíduos sólidos urbanos – a Companhia investe na renovação e expansão das redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, na modernização de equipamentos e na estrutura dedicada ao relacionamento com o cliente. Para se manter alinhada aos novos tempos, a empresa tem oferecido cada vez mais serviços online, inclusive, por meio de aplicativo disponível para tablets e smartphones (Android e iOS).

Porém, a necessidade tecnológica não substitui os investimentos nas centrais de atendimento presencial, que contam com painéis eletrônicos de distribuição de senhas para organizar o atendimento por tipo de demanda, auxiliando na redução do tempo de permanência no local. Não menos importante, é o treinamento constante dos empregados para atender os clientes de maneira eficiente e gentil.

## ANÁLISES DE ÁGUA

A Sanepar realiza continuamente análises cumprindo com o compromisso de entregar água de qualidade à população e tratar de forma ambientalmente adequada o esgoto coletado, conforme prevê a legislação. Para isso, a empresa conta com 182 laboratórios descentralizados de água, 20 laboratórios centrais situados em Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba, que possui a mais moderna infraestrutura da América Latina.

## CONFIANÇA E CREDIBILIDADE

Para monitorar a percepção dos consumidores e identificar pontos de melhoria, a Sanepar realiza anualmente, por meio de uma consultoria especializada, pesquisa para avaliar a satisfação do cliente, aplicando questionários estruturados para clientes residenciais e não residenciais. Especificamente para clientes especiais, em 2017, a Companhia realizou a segunda pesquisa qualitativa. Além de coletar as opiniões dos clientes, a Sanepar acompanha o grau de satisfação das pessoas que entram em contato com a Ouvidoria por meio de entrevistas telefônicas e questionários online. Em 2017, a Sanepar também disponibilizou a Pesquisa do Telediagnóstico, por meio da qual o cliente pode, após o atendimento telefônico, avaliar o atendimento e o serviço prestado. Nos meses de novembro e dezembro o índice de satisfação ficou em 89%.

## ÍNDICES DE SATISFAÇÃO

**80,3%**

dos clientes estão satisfeitos com os serviços prestados

**80,7%**

estão satisfeitos com a qualidade da água

**80,1%**

preferem que a Sanepar continue atuando em seu município

## PERFIL DOS CONTRATOS

- 346 concessões municipais
- 159 contratos de programa
- 187 contratos de concessão
- 332 contratos vigentes
- 14 contratos vencidos (em negociação)

## SANEAPAR MOBILE

O aplicativo para dispositivos móveis funciona nas plataformas Android e iOS e possibilita diversos serviços: atualização de cadastro, verificação de falta d'água, localização de centrais de relacionamento e de pontos de pagamento, solicitação de mudanças na data de vencimento de fatura, do endereço para entrega da conta e de consertos, obtenção de códigos para pagamento e consulta a informações sobre pagamentos efetuados, débitos, leitura e consumo. Nas lojas virtuais, onde é possível fazer o download, o aplicativo da Sanepar é um dos mais bem avaliados entre os disponibilizados por empresas de saneamento e de energia do Brasil.

# Relatório da Administração 2017

## PROCESSOS

A eficiência operacional dos processos e a gestão ambiental adequada, perseguidas diariamente pela Companhia, são elementos-chave da atuação da Sanepar, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população e a evolução do negócio, traduzida em resultados positivos.

Para que isso aconteça, a Empresa mantém uma equipe capacitada continuamente, em

plano de investimentos consistente que compreende obras de expansão e melhoria nas redes e instalações (estações de tratamento de água e de esgoto, reservatórios de água, elevatórias, redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, centrais de relacionamento, etc.), busca da eficiência energética, redução dos impactos socioambientais e inovação dos processos com a adoção de novas tecnologias.

## PROCESSO ÁGUA

O Paraná é um estado com alta disponibilidade hídrica, vantagem que não interfere no rigoroso aprimoramento dos processos e na manutenção da excelência dos serviços da empresa, tendo em vista que o foco da Sanepar foi assegurar a já conquistada universalização do serviço de abastecimento de água com qualidade para 100% da população urbana dos municípios em que atua.

A eficiência das empresas de saneamento pode ser medida pelo Índice de Perdas, considerando todo o volume de água não faturado em função de vazamentos, submedições, fraudes e uso pelo Corpo de Bombeiros. Em 2017, a Sanepar atingiu o índice de 231,9 litros de ligação por dia, abaixo dos 233,1 litros registrados em 2016. A perda de água no Brasil, pela métrica do indicador PSD12 (perdas na distribuição na média dos últimos 12 meses) chega a 36,7% e na Sanepar foi de 33,7% em 2016, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015).

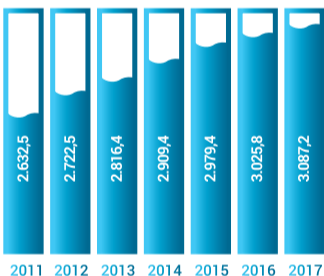
## AÇÕES DE MELHORIA

Para reduzir o índice de perdas, a Sanepar, além de manter medidores em 100% das ligações de água, investe na atualização de seu parque de hidrômetros composto por mais de 3 milhões de equipamentos instalados. Todos os anos, são substituídos cerca de 400 mil aparelhos, medida que garante uma idade inferior a cinco anos, prazo em que os hidrômetros passam a apresentar índices de submedição. O custo financeiro acarretado pela queda de eficiência dos aparelhos compensa essa substituição.

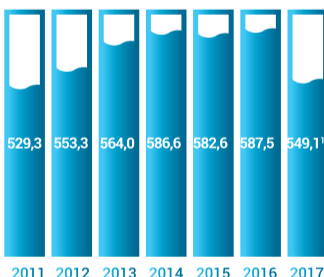
Além disso, um programa piloto de instalação de hidrômetros de alta tecnologia foi implantado em 2017. Os moradores do condomínio Alphaville Graciosa (854 imóveis no total), em Pinhais, são os primeiros clientes da Sanepar a participarem desse projeto que utiliza hidrômetros ultrassônicos com telemetria. São aparelhos extremamente precisos, capazes de medir vazões muito baixas, o que não ocorre com medidores mecânicos utilizados normalmente.

A Companhia também tem intensificado a utilização do plástico polietileno de alta densidade (PEAD), mais resistente e capaz de diminuir a ocorrência de vazamentos. Há ainda a atuação dos centros de controle operacional, que fazem o gerenciamento dos reservatórios e da pressão de água nas tubulações, direcionando as pesquisas de vazamento *in loco* e o trabalho rápido e eficiente das equipes de manutenção.

## NÚMERO DE LIGAÇÕES/ÁGUA (EM MILHARES)

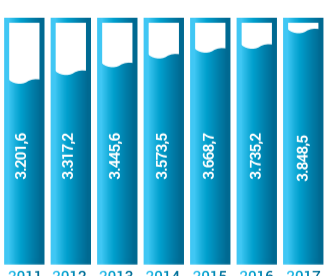


## VOLUME FATURADO/ÁGUA (EM MILHÕES DE M<sup>3</sup>)



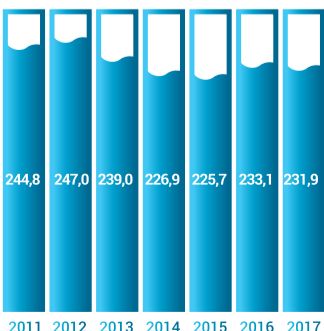
1 Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup>.

## ECONOMIAS ATIVAS<sup>1</sup>/ÁGUA (EM MILHARES)



1 O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

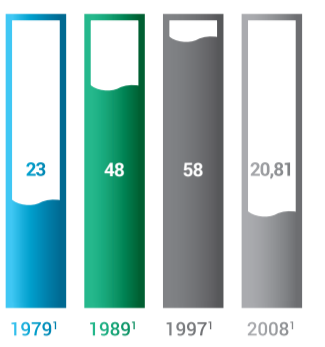
## ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO (EM LITROS/LIGAÇÃO/DIA)



## CARGA ORGÂNICA REMOVIDA (T/ANO)



## SISTEMA INTEGRADO DE CURITIBA (SAIC) (CAPACIDADE EM MILHÕES DE M<sup>3</sup>)



1 Ano de conclusão.

## PROCESSO ESGOTO

Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente ligados à saúde e qualidade de vida dos cidadãos, a Sanepar investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto. Em 2017, a rede coletora alcançou 35,3 mil km de extensão (6,6% maior em relação ao ano anterior) e o destaque foi para a segunda fase de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, com investimento total de R\$ 105 milhões. Com a expansão, essa estação que atende Curitiba e parte de São José dos Pinhais triplica sua capacidade de tratamento de esgoto, para 2.520 l/s.

No Litoral, tem sequência a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Pontal do Paraná e Matinhos, com 25 mil novas ligações de esgoto. As obras, com investimento de R\$ 252 milhões e cronograma de execução até 2019, vão garantir níveis ainda mais adequados de balneabilidade das praias. O índice de coleta e tratamento de esgoto em Matinhos deve alcançar 85% – hoje chega a 69%. Em Pontal do Paraná, passará de 42% para 75%.

35.264 km de rede coletora

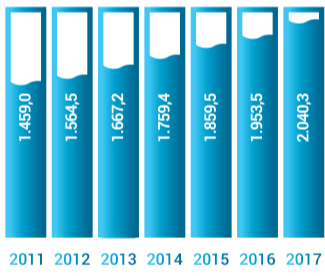
2.040.292 ligações

243 estações de esgoto

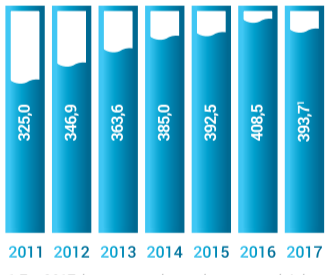
70,6% de cobertura

100% de tratamento do esgoto coletado

## NÚMERO DE LIGAÇÕES/ESGOTO (EM MILHARES)

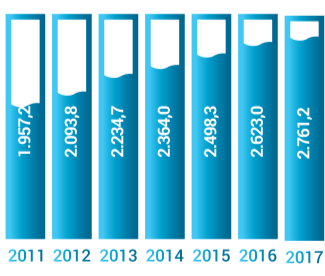


## VOLUME FATURADO/ESGOTO (EM MILHÕES DE M<sup>3</sup>)



1 Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup>.

## ECONOMIAS ATIVAS<sup>1</sup>/ESGOTO (EM MILHARES)



1 O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

## DESCARTE DE EFLUENTES

Antes de ser descartado em corpos d'água, o efluente do processo de esgoto passa por diferentes tecnologias de tratamento aeróbio, anaeróbio e físico-químico. A função das estações de tratamento de esgoto é remover a carga poluidora, atendendo aos limites dos diferentes parâmetros determinados na legislação ambiental. Além de monitorar o descarte, a Sanepar mede a carga removida no processo de tratamento. O indicador utilizado leva em consideração os limites-padrão de todos os parâmetros avaliados e a carga orgânica medida, conforme Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Para amenizar odores causados pelo processo de tratamento de esgoto, a Em- presa implementa diversas ações como clausura com exaustão para tratamento dos gases, aplicação de produtos químicos e o plantio de arbustos e árvores que formam cortinas verdes para reduzir a dispersão dos gases pela ação dos ventos em torno dos reatores.

## PROCESSO RESÍDUOS SÓLIDOS

Desde 2002, a Sanepar atua na área de gestão de resíduos sólidos urbanos, outro componente do ciclo de saneamento ambiental. A Companhia é responsável pela gestão de três aterros sanitários: Apucarana, Cianorte e Cornélio Procopio. Todo volume de resíduo coletado é tratado e tem destinação correta, como estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2017, a Sanepar atuou diretamente no tratamento de mais de 62 mil toneladas de resíduos, atendendo 263 mil pessoas ao longo do ano. O primeiro aterro gerido foi o de Cianorte, que atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis. Trata-se do primeiro aterro sanitário do país operado por uma empresa estadual de saneamento a obter a certificação NBR ISO 14001 de gestão ambiental. Em Apucarana, a Sanepar gerencia as etapas de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos. Já em Cornélio Procopio, a atuação é mais complexa e envolve as etapas prévias ao recebimento: coleta, transporte e transbordo.

## USO DO LODO NA AGRICULTURA

No Brasil, o lodo do esgoto gerado durante o tratamento é predominantemente disposto em aterros sanitários. Trata-se de um processo que, além de representar cerca de 60% do custo operacional de uma estação, gera impactos ao meio ambiente no que se refere ao manejo dos resíduos sólidos urbanos, especialmente nas grandes cidades. Uma das medidas adotadas pela Sanepar foi dar melhor destinação ao lodo produzido nas estações de tratamento, encaminhando parte dele à reciclagem agrícola. Essa decisão ocorreu em decorrência das pesquisas desenvolvidas pela Empresa em parceria com instituições do Brasil e do exterior, além do atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esse trabalho influenciou diretamente a legislação brasileira de disposição agrícola de lodo, culminando na elaboração da Resolução CONAMA 375/2006 que define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodo de esgoto gerado em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados. Em 2017, foram destinadas 25,4 mil toneladas de lodo higienizado a 36 agricultores para adubação de diferentes culturas de grãos em um total de 1.867 hectares. O projeto foi reconhecido como boa prática de gestão sustentável dos recursos naturais por publicação especializada do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

## GESTÃO AMBIENTAL

A gestão de seus processos em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais e com a busca pela conformidade legal são premissas da Sanepar. A Companhia tem uma visão estratégica estruturada sobre o tema e persegue o uso equilibrado e eficiente desses recursos e a consequente conservação do meio ambiente. O assunto é tratado com transparência, integra as discussões de alta liderança e é alvo de esforço contínuo para conscientizar todos os profissionais sobre a importância das questões ambientais para a continuidade do negócio.

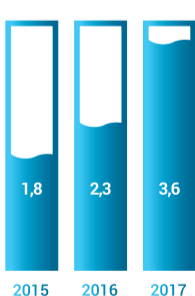
Isso se reflete em diversas ações e programas desenvolvidos. O Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGAC), implantado em 2014, atua em diversas frentes: no controle e atendimento dos requisitos e normas legais, no estabelecimento de objetivos, metas e indicadores de monitoramento, na capacitação de profissionais e na melhoria dos controles internos relacionados à gestão ambiental.

A Companhia também realiza anualmente, desde 2013, diagnósticos ambientais nos processos de produção de água, tratamento de esgoto e nos aterros sanitários, verificando o atendimento aos requisitos da legislação ambiental vigente, direcionando as ações de melhoria e investimentos.

Baseado nos parâmetros da NBR ISO 31000, norma de gestão de riscos, a Sanepar implementou o Sistema de Gestão de Riscos Ambientais, que permite identificar, avaliar, classificar e tratar esse tipo de risco nos processos de água, esgoto e resíduos sólidos.

Nos últimos três anos, a Companhia investiu mais de R\$ 7,7 milhões em proteção ambiental. Em 2017, o direcionamento dos aportes foi na gestão de emissões de gases de efeito estufa e em educação ambiental.

## INVESTIMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ MILHÕES)



## CERTIFICAÇÕES

A Sanepar foi a primeira empresa de saneamento da América Latina a obter uma certificação NBR ISO 9001 em um sistema produtor de água, a Estação de Tratamento de Água Itaquê em Campo Largo, em 1997. Atualmente, o escopo do certificado abrange o sistema produtor e o centro de controle de distribuição de água tratada da Região Metropolitana de Curitiba, todos os processos "do rio ao rio" (engloba os processos de água, esgoto, comercial, manutenção e operação de redes e administrativos) de Londrina, além dos processos relativos a projetos e obras. Londrina e Curitiba são as duas maiores cidades do Paraná.

Essa certificação teve influência na Companhia inteira, proporcionando melhor controle e atendimento da legislação aplicável, padronizou as atividades de produção de água, tratamento de esgoto, operação e manutenção das redes, atendimento ao cliente, controle de qualidade dos produtos e serviços, projetos e obras, além dos processos administrativos. Resultou, também, em maior capacitação e desenvolvimento dos empregados, eficiência dos processos, eficácia na gestão e redução no consumo de insumos.

Baseado nos requisitos da norma NBR ISO 9001 e na experiência obtida com as certificações externas, foi implantado o processo de certificação interna, que atualmente contempla o processo comercial da regional de Toledo e o processo água da regional de Cornélio Procopio.

Em 1999, a Companhia foi a primeira das Américas a conquistar certificação externa

## PROCESSO RESÍDUOS SÓLIDOS

Desde 2002, a Sanepar atua na área de gestão de resíduos sólidos urbanos, outro componente do ciclo de saneamento ambiental. A Companhia é responsável pela gestão de três aterros sanitários: Apucarana, Cianorte e Cornélio Procopio. Todo volume de resíduo coletado é tratado e tem destinação correta, como estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2017, a Sanepar atuou diretamente no tratamento de mais de 62 mil toneladas de resíduos, atendendo 263 mil pessoas ao longo do ano. O primeiro aterro gerido foi o de Cianorte, que atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis. Trata-se do primeiro aterro sanitário do país operado por uma empresa estadual de saneamento a obter a certificação NBR ISO 14001 de gestão ambiental. Em Apucarana, a Sanepar gerencia as etapas de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos. Já em Cornélio Procopio, a atuação é mais complexa e envolve as etapas prévias ao recebimento: coleta, transporte e transbordo.

3 aterros sanitários

100% de tratamento dos resíduos coletados

7 cidades atendidas

62,1 mil toneladas de resíduos tratados por ano

## PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, lidera os projetos de inovação da Companhia, setor que tem recebido investimentos e apoio constantes. Ao todo, a área coordena mais de 100 iniciativas voltadas para soluções tecnológicas, inovadoras e sustentáveis, ao mesmo tempo, para água, esgoto, resíduos sólidos urbanos e eficiência energética. Para isso, a Empresa mantém o Centro de Tecnologias Sustentáveis

que atua em parceria com centros de pesquisa e universidades do Brasil, Alemanha, Holanda, México, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Coreia do Sul, entre outros.

Por meio dos benefícios fiscais, como a Lei do Bem (concessão de incentivos fiscais a empresas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica), as iniciativas buscam aprimorar uma série de processos, como projetos de eficiência energética e até mesmo antecipar tendências, a exemplo de estudos de dessalinização da água do mar. Como se sabe, a água doce não é um bem infinito e antever desafios futuros faz parte das ações da Companhia. Essa pesquisa é realizada em parceria com a University of North Texas (EUA), University College London (Reino Unido) e Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O ano de 2017 foi especialmente marcante para a área, que consolidou um convênio com o banco alemão KfW para o projeto Probiogas, no valor de 50 milhões de euros, voltado para a recuperação energética de subprodutos das estações de tratamento de esgoto. Outros programas ligados à reutilização do esgoto tratado estão prestes a entrar no mercado. Um deles é o produto seco e higienizado voltado ao uso agrícola, que se transforma em importante fertilizante para o plantio de grãos sem oferecer nenhum risco de contaminação para a planta e para o solo. Além disso, está em implantação o projeto piloto para utilização da tecnologia biodome nas lagoas de efluentes. Trata-se de redomas que promovem a aeração da água, diminuindo a formação de algas e do mau cheiro.

A Companhia promove, ainda, dois prêmios com o objetivo de estimular a inovação sobre eficiência energética, o Prêmio Inova Sanepar voltado aos empregados, e o Prêmio Sanepar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores do Brasil.

baseada na NBR ISO 14001 para o sistema de Foz do Iguaçu, englobando os processos "do rio ao rio". Em 2012, também obteve essa certificação externa para o Aterro Sanitário de Cianorte. Para manter essas certificações, a Sanepar tem definidos controles operacionais, objetivos, metas e planos de ação para reduzir os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A exemplo da certificação interna na NBR ISO 9001, também foi implementado o processo de certificação interna na NBR ISO 14001, que atualmente engloba todos os processos da regional do Litoral e os processos de serviços eletromecânicos e das estações de tratamento e elevatórias de esgoto da região Sudoeste.

## PRESEÇA EM FÓRUMS

A Sanepar participa de diversos órgãos colegiados com caráter consultivo ou deliberativo nas esferas municipal, estadual e federal, como conselhos, câmaras técnicas e comitês de bacia. Por meio deles, a Empresa compartilha seu conhecimento com outros atores da sociedade (Poder Público, empresas públicas e privadas, ONGs, Ministério Público, entre outros) e tem a oportunidade de se posicionar em discussões e deliberações importantes. Além disso, tal participação mantém a Empresa a par das novas informações e tendências que a auxiliam no aprimoramento da gestão sustentável do negócio e na garantia de conformidade com as legislações pertinentes. A Companhia integra dez Comitês das Bacias Hidrográficas: Coaral (Alto Iguaçu e afluentes do Rio Ribeira), Baixo Ivai e Paraná I, Tibagi, Jordão, Piraponema (Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4), Norte Pioneiro (Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e Paranapanema 2), Paraná III, Baixo Iguaçu e Litorânea vinculados ao Instituto das Águas do Paraná e, o Paranapanema vinculado à Agência Nacional de Águas. Os órgãos pro-movem o debate entre diversos setores da sociedade sobre a água e a gestão eficaz dos recursos hídricos. Nos comitês, a Sanepar contribui diretamente para a elaboração de estudos técnicos e a implantação de novas políticas.

## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A redução do consumo de energia elétrica é um dos grandes desafios ambientais das empresas de saneamento. Na Sanepar, cerca de 91% de toda energia consumida está direcionada às etapas de captação, tratamento e distribuição de água. Por ser

considerado o principal custo do negócio, várias medidas são tomadas para a redução do consumo, como a diminuição das atividades operacionais em horários de pico, quando a tarifa é mais cara, e a manutenção periódica das unidades operacionais, como forma de identificar e reparar possíveis vazamentos.

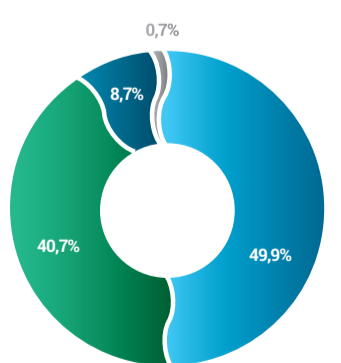
Além do processo consolidado de geração de energia elétrica a partir do biogás na ETE Ouro Verde, em Foz do Iguaçu, a Sanepar está realizando investimentos em usinas experimentais de geração fotovoltaica, com a implantação de usinas na Captação Passaúna (Curitiba) e nas Estações de Tratamento de Água Miringuava (São José dos Pinhais) e Tibagi (Londrina). A energia gerada por essas usinas será consumida nas próprias unidades e o excedente, quando ocorrer, será injetado na rede da concessionária local de energia, gerando créditos nas faturas.

Buscando a geração hidroenergética nos sistemas de água, foi implantado como projeto-piloto no Centro de Reservação Aerroporto, bombas hidráulicas que funcionam como turbinas, em substituição às válvulas redutoras de pressão. Essas bombas, além de reduzir a pressão na rede, permitem o aproveitamento da energia hidráulica excedente, transformando-a em eletricidade, que é consumida no próprio sistema. Novos projetos experimentais serão iniciados em Curitiba e Londrina em 2018.

Foi também implantado o projeto de gerenciamento de energia elétrica online na Estação de Tratamento de Água Iraí (Curitiba), que consiste numa ferramenta de monitoramento e gestão. A experiência adquirida com esse projeto-piloto alicerceu conhecimentos e requisitos para a contratação de um sistema completo de monitoramento de energia, por meio da Internet, nas maiores cargas de três regionais da Companhia: Curitiba e Região Metropolitana; Londrina e Cambé; e Cascavel e Foz do Iguaçu, totalizando 93 pontos a serem monitorados. A expectativa é que essa ferramenta auxilie as áreas de operação e de manutenção da Sanepar a melhorar a gestão e reduzir os custos de energia nos processos eletrointensivos.

Cabe destacar a cooperação técnica estabelecida com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) no âmbito do Proeessa – Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água, que tem como objetivo desenvolver ferramentas para avaliação do potencial de economia de ações de eficiência energética além de mecanismos para o autofinanciamento dessas ações.

## CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



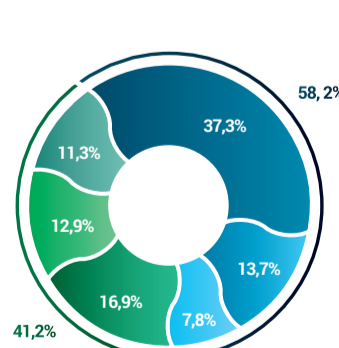
Processo água (produção)

Processo água (distribuição)

Processo esgoto

Outras atividades

## ENERGIA ELÉTRICA - FONTES<sup>1</sup>



# Relatório da Administração 2017

## CS BIOENERGIA

Produzir energia elétrica a partir de lodo e de outros materiais orgânicos é um dos investimentos feitos pela Sanepar (com participação acionária de 40% no negócio) em parceria com a Cattalini Bioenergia, que juntas, formaram a CS Bioenergia S.A. Essa unidade de biodigestão de alta tecnologia construída na Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba, proporcionará uma solução ambientalmente adequada para o lodo produzido e reduzirá custos da Sanepar com a disposição desse resíduo. Prevista para entrar em funcionamento em 2018, a CS Bioenergia tem potência instalada de 2,8 MW e previsão de geração de 22,4 GW/h de energia elétrica anualmente. Essa energia é suficiente para atender 2.100 casas ou 8.400 pessoas. A energia gerada será utilizada pela Sanepar e o excedente poderá ser comercializado.

## REDUÇÃO DE EMISSÕES

Em 2009, a Sanepar tornou-se a primeira empresa do País em seu setor a realizar e divulgar o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), passando a monitorar suas emissões desde então, por meio do Mapeamento de Gases de Efeito

Estufa – Margee. Esse mapeamento permite quantificar as emissões de GEE das atividades diretas e indiretas da empresa. Ao identificar os processos principais, quando possível, a Sanepar realiza ações para reduzir ou neutralizar as emissões. Além de reduzir ao mínimo os passivos ambientais, a Companhia está em busca da sustentabilidade no desenvolvimento de seus processos.

A Sanepar é uma das poucas empresas do setor de saneamento a realizar esse mapeamento e seu inventário de GEE é divulgado na plataforma GHG (Greenhouse Gases) Protocol, servindo como exemplo para outras organizações. O histórico das publicações de emissões da Sanepar está disponibilizado no [www.registropublico-deemissoes.com.br](http://www.registropublico-deemissoes.com.br). Em 2017, a Sanepar submeteu seu inventário de GEE a uma verificação de terceira parte, credenciada pelo Inmetro, obtendo o Selo Ouro de Confiabilidade junto ao GHG Protocol.

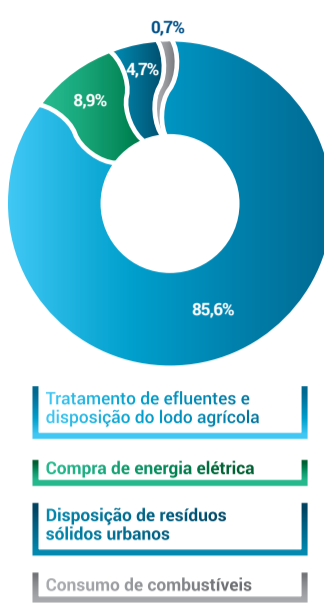
O aumento das emissões diretas registradas em 2017 se deve ao maior número de população atendida pela rede coletora de esgoto e por resíduos aterrados no passado, que ainda continuam emitindo gás metano. Já o tratamento de efluentes líquidos representou 95,3% do total de emissões

diretas geradas pelo sistema. Por sua vez, as emissões indiretas provenientes de compra de energia elétrica diminuíram em razão da redução do fator emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN).

## OUTROS RESÍDUOS

Além dos resíduos decorrentes do processo de esgotamento sanitário, as demais instalações e atividades da Companhia geram resíduos que também têm destinação correta. Esse é o caso dos materiais descartados nos laboratórios centrais da Sanepar e nos laboratórios instalados nas próprias estações de tratamento. A empresa ainda realiza algumas iniciativas para assegurar o correto descarte de hidrômetros substituídos, de lâmpadas e outros materiais.

## EMISSIONES TOTAIS POR FONTE (%)



## PESSOAS

### PROFISSIONAIS SANEPAR

Ao longo de seus 54 anos, a Sanepar fez de sua atuação um exemplo para as companhias de saneamento do mercado. Como se sabe, uma empresa, além da competência nos negócios, é construída pela qualidade que estabelece com seus funcionários. Na Companhia, os 7.165 empregados são a base para assegurar a excelência operacional e, por essa razão, alvo de atenção permanente.

Além do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos e da estratégia de valorização e aprimoramento do conhecimento, a Empresa vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades. Entre elas, há o programa específico de equidade de gênero, que segue os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPS, na sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU), com uma política empresarial específica, que permeia o Código de Conduta e Integridade da Companhia.

A equidade de gênero faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do qual a Empresa é signatária. Em 2017, as mulheres representavam 21,9% do total de empregados, ocupavam 27,5% dos cargos de liderança e 11,1% do principal órgão de governança da Companhia, que é o Conselho de Administração.

### APERFEIÇOAMENTO E FORMAÇÃO DE LÍDERES

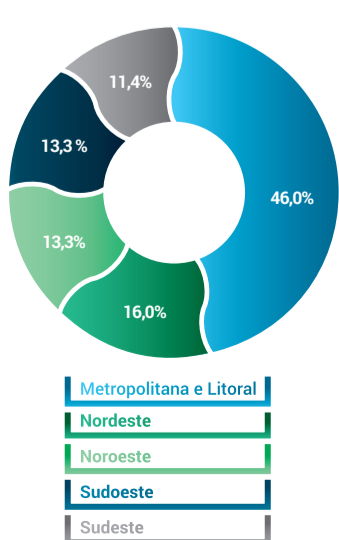
Desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), o programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial (Cage), iniciado em 2015, na sua terceira fase de implementação, em 2017, passou a incluir profissionais com potencial para exercer cargos de liderança, selecionados a partir de um processo seletivo interno. As fases 1 e 2 foram direcionadas para gerentes e coordenadores. O modelo de aprendizado prevê que ao final de cada módulo, os participantes desenvolvam um projeto com aplicabilidade na Companhia, sob a supervisão da alta liderança que compartilha experiências e aproxima os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso com a realidade de trabalho na Sanepar. Em 2017, 140 profissionais foram formados e mais 225 iniciaram o Cage. Desde o início, o programa já formou 292 empregados.

| Número de empregados por nível funcional | 2015         |              | 2016         |              | 2017         |          |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|
|  | Homens       | Mulheres     | Homens       | Mulheres     | Homens       | Mulheres |
| Conselho                                 | 33           | 32           | 1            | 38           | 2            |          |
| Diretoria                                | 9            | 9            | 0            | 8            | 0            |          |
| Gerencial                                | 607          | 419          | 152          | 340          | 132          |          |
| Profissional                             | 800          | 482          | 267          | 488          | 257          |          |
| Técnico                                  | 958          | 740          | 198          | 756          | 202          |          |
| Operacional/ Administrativo              | 5.108        | 4.129        | 948          | 4.046        | 936          |          |
| Estagiários                              | 321          | 104          | 118          | 90           | 89           |          |
| <b>Total por gênero</b>                  | <b>7.836</b> | <b>5.915</b> | <b>1.684</b> | <b>5.766</b> | <b>1.618</b> |          |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>7.836</b> | <b>7.599</b> |              | <b>7.384</b> |              |          |

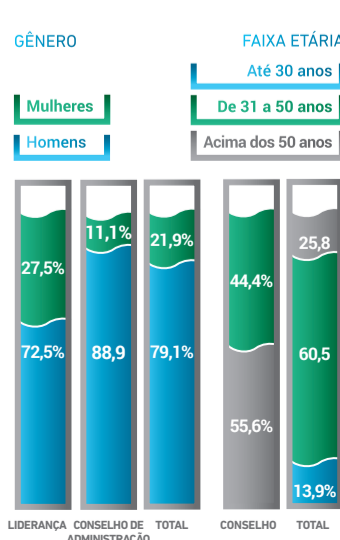
| Número de empregados por região | 2015         |              | 2016         |              | 2017         |          |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|
|                                 | Homens       | Mulheres     | Homens       | Mulheres     | Homens       | Mulheres |
| Região Nordeste                 | 1.316        | 1.028        | 137          | 1.010        | 136          |          |
| Região Noroeste                 | 1.056        | 786          | 134          | 812          | 141          |          |
| Região Metropolitana e Litoral  | 3.183        | 2.543        | 1.044        | 2.329        | 967          |          |
| Região Sudeste                  | 879          | 665          | 101          | 693          | 123          |          |
| Região Sudoeste                 | 1.039        | 757          | 149          | 794          | 160          |          |
| <b>Total por gênero</b>         | <b>7.473</b> | <b>5.779</b> | <b>1.565</b> | <b>5.638</b> | <b>1.527</b> |          |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>7.473</b> | <b>7.344</b> |              | <b>7.165</b> |              |          |

1 Não considera estagiários e conselheiros.

## EMPREGADOS POR REGIÃO



## DIVERSIDADE



do pelo capital intelectual da equipe e pela qualidade de saneamento ambiental entregue à sociedade.

## SATISFAÇÃO DO EMPREGADO

A Sanepar avalia o bem-estar e a satisfação das pessoas, desde 2001, por meio de pesquisa de clima organizacional denominada Fale Francamente. A pesquisa é disponibilizada a todos os empregados efetivos, via Intranet, com acesso por senha individual, para garantir a credibilidade e a confidencialidade do processo. Os resultados da pesquisa são analisados por meio de metodologia denominada Devolutiva do Fale Francamente, realizada com a participação dos empregados e líderes, com o objetivo de identificar as oportunidades de melhoria e sugestões para tratamento dos fatores e definir planos de ação, que são incluídos no planejamento setorial ou estratégico. Na última pesquisa realizada em 2016, a participação dos empregados chegou a 81,81%, com nota geral de 7,27 pontos, numa escala de 0 a 10.

## SAÚDE E SEGURANÇA

A empresa adota uma série de iniciativas, fruto de investimentos significativos, vol-

tadas para a saúde e segurança. As medidas de prevenção estão entre as mais importantes, tais como: técnicos de segurança do trabalho atuando diretamente nas áreas operacionais; avaliações in loco das áreas de trabalho para identificação de pontos de melhoria nas rotinas de higiene e padrões de prevenção aos riscos ocupacionais; análise das condições ergonômicas da equipe funcional, com a definição de planos de ação decorrentes; campanhas anuais de vacinação contra gripe; atuação efetiva das Cipas, entre outras. A Sanepar disponibiliza a todos os empregados o plano de saúde e assistência (SaneSaúde), assim como o plano de previdência privada (FusanPrev), benefícios administrados pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Além de prestar serviços de saneamento ambiental com excelência, contribuindo para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, a Companhia busca consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na conservação dos corpos hídricos e da biodiversidade e no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental são voltadas à população das cidades em que a Sanepar está presente e aos empregados, que atuam como agentes multiplicadores dos conceitos e práticas.

## SE LIGUE NA REDE

O objetivo do programa é sensibilizar a população sobre a importância de realizar a correta ligação entre o imóvel e a rede coletora para evitar a poluição dos corpos hídricos. Embora a ação seja de responsabilidade de cada morador, a Sanepar acompanha de perto as interligações executadas e fornece as orientações necessárias.

As equipes do programa começam a atuar antes mesmo do início da obra para estabelecer um canal de diálogo com a comunidade e oferecer informações técnicas, como por exemplo, impactos gerados, cronograma e responsabilidades da empresa e da população. Para ganhar força, a iniciativa ainda engloba a mobilização de lideranças comunitárias e de órgãos públicos locais.

O programa também contempla a capacitação de encanadores para que eles façam corretamente a ligação do imóvel à rede de esgoto da Sanepar, dando oportunidade de formação profissional e geração de renda. Durante e depois do fim das obras, a Sanepar realiza eventos socioeducativos com a finalidade de tornar os moradores em multiplicadores dos conceitos de conservação ambiental.

A resposta positiva da comunidade ao programa se reflete na correta interligação ao sistema de esgotamento sanitário. Em 2017, a Sanepar atuou pelo programa em mais de 50 regiões do Estado, atingindo o índice de quase 21 mil imóveis interligados corretamente.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COMUNIDADE

O Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (Ceam), localizado na área do Reservatório do Carvalho, Região Metropolitana de Curitiba, é o local onde visitantes, especialmente estudantes, podem percorrer trilhas e conhecer as instalações do primeiro sistema de abastecimento público do Paraná. Esse sistema está dentro de uma Área de Preservação Ambiental no município de Piraquara. Lá, estão situadas as nascentes dos principais rios que abastecem Curitiba e Região Metropolitana. Em 2017, 10.084 pessoas participaram das ações realizadas no Ceam Mananciais da Serra.

O Museu do Saneamento, mantido pela Sanepar, é um espaço de memória e cultura sobre o saneamento do Estado do Paraná, que promove o conhecimento e a reflexão entre o homem e o meio ambiente. Desde 2014, está instalado na antiga Estação de Tratamento de Água Tarumã, a primeira da capital paranaense, construída em 1945. O acervo histórico é composto de 10 mil peças entre plantas, documentos, fotografias e outros objetos. Em 2017, 1.560 pessoas participaram das ações promovidas pelo Museu do Saneamento.

## Operação verão Paraná

No verão, o uso racional da água é o foco das atividades no litoral paranaense. A Sanepar instala chuveiros, conhecidos como Ecoduchas, nas áreas das praias de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Desde 2016, a empresa disponibiliza "cadeiras anfíbias" para que pessoas com dificuldade de locomoção ou deficiência possam entrar no mar de maneira segura. Essas e outras ações são estratégias para a orientação aos veranistas sobre o uso consciente da água nas piscinas, no banho, sobre a importância das ligações à rede coletora de esgoto, entre outros.

## Ecoexpresso

As boas práticas de conservação da água chegam até as comunidades de todo Estado a bordo do Ecoexpresso. São cinco ônibus adaptados, com função educativa, que estaciona em escolas ou em praças públicas. Quem o visita tem a oportunidade de conhecer o caminho da água desde o rio até as torneiras. E, principalmente, o processo de tratamento e controle de qualidade pelo qual ela passa antes de chegar a seu destino. Além disso, os visitantes passam a compreender como essa água depois de utilizada, percorre a rede de esgoto, recebe o tratamento adequado e, depois de atingido os parâmetros exigidos, volta ao rio.

Temas como disposição e tratamento de lixo urbano, mudanças climáticas, desmatamento, gestão de resíduos e saúde também fazem parte do repertório do Ecoexpresso, que atendeu 66 Municípios e foi visitado por 56.387 pessoas em 2017.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS EMPREGADOS

### Programa Use o Bom Senso

Por meio desse programa, a Sanepar desenvolve e consolida junto a 100% do seu público interno, atitudes que favorecem a conservação e melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida; promoção da sustentabilidade por meio do combate ao desperdício, do uso responsável dos recursos e insumos e da minimização e gestão integrada dos resíduos sólidos gerados. O Use o Bom Senso é uma das estratégias de atuação junto a perspectiva Pessoas para a promoção do objetivo estratégico Atuar com Responsabilidade Socioambiental, junto aos empregados, terceiros e sociedade.

## Ecoprosas

A Empresa promove encontros mensais com o objetivo de reunir empregados em um "café com prosa" para a discussão de questões ambientais. Em 2017, alguns dos temas abordados foram: agroecologia e saúde, uso da água na agricultura, destinação do óleo de cozinha, hortas domésticas e consumo de alimentos sem agrotóxicos.

## Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede

Há três anos, a empresa implantou o Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede, com o objetivo de conscientizar os empregados sobre os riscos de descarte inadequado do óleo de cozinha, que pode provocar entupimentos e prejuízos às redes coletoras de esgoto.

Agora, com maior abrangência, o programa passou a compor o Trate Bem a Rede, e chega para as comunidades alcançando grande repercussão. Por meio de campanhas de esclarecimento e educação ambiental, o programa fixou o objetivo de mostrar que a rede de esgoto não pode ser o destino de todo tipo de resíduo.

Em 2017, foram coletados 4.108 litros, destinados posteriormente a parceiros da Sanepar, entidades sem fins lucrativos que apoiam projetos sociais. Desde seu início já foram implantados 128 pontos de coleta à disposição da população em 20 cidades do Estado.

| Recursos por renúncia fiscal (R\$ mil)   | 2017          |
|--|---------------|
| Cultural e artístico   | 4.000         |
| Esportes   | 1.000         |
| Fundo da Criança e do Adolescente  | 1.000         |
| Fundo do Idoso   | 1.000         |
| Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)                         | 1.000         |
| Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção de Saúde da Pessoa com Deficiência) | 735           |
| PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)                                     | 5.079         |
| Incentivo Empresa Cidadã   | 898           |
| Lei do Bem   | 2.344         |
| <b>Total</b>   | <b>17.056</b> |

| Balanco social anual  | 2016                     |                         |                                     | 2017                     |                         |                                     |
|---|--------------------------|-------------------------|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------------------|
| 1) Base de cálculo  | Valor (Mil R\$)          |                         |                                     | Valor (Mil R\$)          |                         |                                     |
| Receita Operacional Líquida (ROL)   | 3.477.525                |                         |                                     | 3.869.401                |                         |                                     |
| Lucro Operacional (LO)  | 789.585                  |                         |                                     | 914.073                  |                         |                                     |
| Folha de Pagamento Bruta (FBP)  | 899.883                  |                         |                                     | 926.708                  |                         |                                     |
| 2) Indicadores sociais internos   | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       |
| Alimentação   | 89.583                   | 9,95                    | 2,58                                | 94.491                   | 10,20                   | 2,44                                |
| Encargos sociais compulsórios   | 194.333                  | 21,60                   | 5,59                                | 206.464                  | 22,28                   | 5,34                                |
| Previdência privada   | 28.340                   | 3,15                    | 0,81                                | 30.566                   | 3,30                    | 0,79                                |
| Saúde   | 54.877                   | 6,10                    | 1,58                                | 60.241                   | 6,50                    | 1,56                                |
| Vale transporte   | 1.671                    | 0,19                    | 0,05                                | 1.488                    | 0,16                    | 0,04                                |
| Segurança e saúde no trabalho   | 10.504                   | 1,17                    | 0,30                                | 11.638                   | 1,26                    | 0,30                                |
| Educação  | 19                       | -                       | -                                   | 12                       | -                       | -                                   |
| Capacitação e desenvolvimento profissional  | 2.837                    | 0,32                    | 0,08                                | 4.191                    | 0,45                    | 0,11                                |
| Creches ou auxilio-creche   | 2.187                    | 0,24                    | 0,06                                | 2.313                    | 0,25                    | 0,06                                |
| Participação nos lucros ou resultados   | 53.123                   | 5,90                    | 1,53                                | 69.681                   | 7,52                    | 1,80                                |
| Outros  | 138.511                  | 15,39                   | 3,98                                | 119.662                  | 12,91                   | 3,09                                |
| <b>Total – Indicadores Sociais Internos</b>   | <b>575.985</b>           | <b>64,01</b>            | <b>16,56</b>                        | <b>600.747</b>           | <b>64,83</b>            | <b>15,53</b>                        |
| 3) Indicadores sociais externos   | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       |
| Cultural, artístico, audiovisual e desportivo   | 4.246                    | 0,54                    | 0,12                                | 5.000                    | 0,55                    | 0,13                                |
| Fundos da Criança e do Idoso  | 1.700                    | 0,22                    | 0,05                                | 2.000                    | 0,22                    | 0,05                                |
| Programas de assistência à saúde e oncológico   | 850                      | 0,11                    | 0,02                                | 1.735                    | 0,19                    | 0,04                                |
| Lazer e diversão  | 1.518                    | 0,19                    | 0,04                                | 1.539                    | 0,17                    | 0,04                                |
| Outros  | 9.112                    | 1,15                    | 0,26                                | 6.723                    | 0,74                    | 0,17                                |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>   | <b>17.426</b>            | <b>2,21</b>             | <b>0,49</b>                         | <b>16.997</b>            | <b>1,87</b>             | <b>0,43</b>                         |
| Tributos (excluídos encargos sociais)   | 436.880                  | 55,33                   | 12,56                               | 550.414                  | 60,22                   | 14,22                               |
| <b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>   | <b>454.306</b>           | <b>57,54</b>            | <b>13,05</b>                        | <b>567.411</b>           | <b>62,09</b>            | <b>14,65</b>                        |
| 4) Indicadores ambientais   | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       | Valor (Mil R\$)          | % Sobre o FPB           | % Sobre o ROL                       |
| Relacionados com a operação da empresa  | 851.251                  | 107,81                  | 24,28                               | 961.734                  | 105,21                  | 24,85                               |
| Em programas e/ou projetos externos   | 30.575                   | 3,87                    | 0,89                                | 43.070                   | 4,71                    | 1,11                                |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>   | <b>881.826</b>           | <b>111,68</b>           | <b>25,36</b>                        | <b>1.004.804</b>         | <b>109,93</b>           | <b>25,96</b>                        |
| 5) Indicadores do corpo funcional   | 2016                     |                         |                                     | 2017                     |                         |                                     |
| Nº de empregados(as) ao final do período  | 7.344                    |                         |                                     | 7.165                    |                         |                                     |
| Nº de admissões durante o período   | 217                      |                         |                                     | 212                      |                         |                                     |
| Nº de estagiários(as)   | 222                      |                         |                                     | 179                      |                         |                                     |
| Nº de empregados(as) acima dos 45 anos  | 3.094                    |                         |                                     | 2.992                    |                         |                                     |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa   | 1.565                    |                         |                                     | 1.527                    |                         |                                     |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres   | 26,00%                   |                         |                                     | 24,87%                   |                         |                                     |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa¹  | 326                      |                         |                                     | 338                      |                         |                                     |
| Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais²   | 82                       |                         |                                     | 98                       |                         |                                     |
| 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial  |                          |                         |                                     |                          |                         |                                     |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa  | 15,25                    |                         |                                     | 23,04                    |                         |                                     |
| Número total de acidentes de trabalho   | 401                      |                         |                                     | 364                      |                         |                                     |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:                                    | ( ) direção              | (X) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as)        | ( ) direção              | (X) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as)        |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:                                  | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) + Cipa | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) + Cipa |
| A previdência privada contempla:  | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as)        | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as)        |
| A participação nos lucros ou resultados contempla:  | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as)        | ( ) direção              | ( ) direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as)        |
| Na seleção de fornecedores os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos       | (X) são exigidos                    | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos       | (X) são exigidos                    |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:                             | ( ) não se envolve       | ( ) apoia               | (X) organiza e incentiva            | ( ) não se envolve       | ( ) apoia               | (X) organiza e incentiva            |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)  | 2.435.923                |                         |                                     | 2.720.151                |                         |                                     |
| Distribuição de Valor Adicionado (DVA)  | 24,1% governo            | 38,3% empregados(as)    | 13,5% retido                        | 25,5% governo            | 35,9% colaboradores(as) | 13,3% retido                        |
|   | 12,2% acionistas         | 11,9% terceiros         |                                     | 12,0% acionistas         | 13,3% terceiros         |                                     |

## SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório de Administração é um dos principais instrumentos de prestação de contas da Sanepar a acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e demais públicos. O conteúdo do documento abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e, pela terceira vez, adota a metodologia internacional de relato *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão G4, opção Essencial.

Também serviram de base para a elaboração do documento a metodologia Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade (SASB, na sigla em inglês) e os pronunciamentos do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim). A Sanepar também está atenta às tendências em relato corporativo e na busca pela transparência. A partir disso, se

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2017

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

#### ATIVO

|  | Nota | 2017              | 2016             |
|--|------|-------------------|------------------|
| <b>Circulante</b>                                |      |                   |                  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                    | 5    | 533.888           | 638.330          |
| Contas a Receber de Clientes                     | 6    | 606.250           | 559.797          |
| Estoques   |      | 36.892            | 36.722           |
| Impostos e Contribuições a Recuperar             | 7    | 24.098            | 39.021           |
| Depósitos Vinculados                             | 8    | 5.838             | 9.844            |
| Outras Contas a Receber                          | 9    | 32.248            | 23.526           |
| <b>Total do Circulante</b>                       |      | <b>1.239.214</b>  | <b>1.307.240</b> |
| <b>Não Circulante</b>                            |      |                   |                  |
| Contas a Receber de Clientes                     | 6    | 11.087            | 10.706           |
| Impostos e Contribuições a Recuperar             | 7    | 823               | 760              |
| Depósitos Vinculados                             | 8    | 49.499            | 45.834           |
| Ativos Financeiros Contratuais                   | 10   | 201.077           | 172.381          |
| Depósitos Judiciais                              | 18.c | 185.365           | 156.442          |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 16.b | 453.133           | 373.997          |
| Outras Contas a Receber                          | 9    | 42.904            | 43.695           |
| Investimentos                                    | 11   | 19.466            | 12.403           |
| Imobilizado                                      | 12.a | 129.945           | 131.268          |
| Intangível                                       | 12.b | 7.790.158         | 7.199.393        |
| <b>Total do Não Circulante</b>                   |      | <b>8.883.457</b>  | <b>8.146.879</b> |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                            |      | <b>10.122.671</b> | <b>9.454.119</b> |

#### PASSIVO

|   | Nota  | 2017              | 2016             |
|---|-------|-------------------|------------------|
| <b>Circulante</b>   |       |                   |                  |
| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro | 13    | 562.548           | 379.163          |
| Empreiteiros e Fornecedores   |       | 182.655           | 133.505          |
| Contratos de Concessão  | 14    | 7.716             | 7.501            |
| Impostos e Contribuições  | 15    | 66.941            | 63.260           |
| Salários e Encargos Sociais   |       | 176.720           | 157.379          |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio                                  | 20/22 | 136.265           | 134.055          |
| Receitas a Apropriar  | 17    | 4.200             | 542              |
| Cauções e Retenções Contratuais   |       | 2.674             | 2.338            |
| Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica                        | 19    | 62.443            | 53.062           |
| Outras Contas a Pagar   | 21    | 54.481            | 36.513           |
| <b>Total do Circulante</b>  |       | <b>1.256.643</b>  | <b>967.318</b>   |
| <b>Não Circulante</b>   |       |                   |                  |
| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro | 13    | 2.154.290         | 2.332.911        |
| Contratos de Concessão  | 14    | 84.273            | 89.425           |
| Impostos e Contribuições  | 15    | 1.268             | 1.411            |
| Receitas a Apropriar  | 17    | 13.300            | -                |
| Provisões   | 18.a  | 505.634           | 506.576          |
| Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica                        | 19    | 874.199           | 742.866          |
| Outras Contas a Pagar   | 21    | 80.410            | 4.939            |
| <b>Total do Não Circulante</b>  |       | <b>3.713.374</b>  | <b>3.678.128</b> |
| <b>Total do Passivo</b>   |       | <b>4.970.017</b>  | <b>4.645.446</b> |
| <b>Patrimônio Líquido</b>   |       |                   |                  |
| Capital Social  |       | 2.851.089         | 2.847.664        |
| Reserva de Reavaliação  |       | 81.204            | 87.200           |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial  |       | 8.007             | 10.410           |
| Reservas de Lucros  |       | 2.162.899         | 1.779.937        |
| Outros Resultados Abrangentes   |       | 49.455            | 83.462           |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>  |       | <b>5.152.654</b>  | <b>4.808.673</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                             |       | <b>10.122.671</b> | <b>9.454.119</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

|   | Nota | 2017               | 2016               |
|---|------|--------------------|--------------------|
| <b>Receita Operacional Líquida</b>                              | 23   | <b>3.869.401</b>   | <b>3.477.525</b>   |
| <b>Custos dos Serviços Prestados</b>                            | 24   | <b>(1.556.135)</b> | <b>(1.445.108)</b> |
| <b>Lucro Bruto</b>  |      | <b>2.313.266</b>   | <b>2.032.417</b>   |
| <b>Despesas Operacionais</b>                                    |      |                    |                    |
| Comerciais  | 25   | (315.204)          | (253.067)          |
| Administrativas   | 25   | (632.769)          | (616.161)          |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais                         | 25   | (69.335)           | (11.197)           |
| Resultado de Equivalência Patrimonial                           | 11   | (1.791)            | (3.361)            |
| Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais        | 18.a | 942                | (43.153)           |
| Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica     | 19   | (89.188)           | (98.489)           |
| Programa de Participação nos Resultados                         | 26   | (69.681)           | (53.123)           |
|   |      | <b>(1.177.026)</b> | <b>(1.078.551)</b> |
| <b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>                          |      |                    |                    |
| Receitas Financeiras  | 27   | 91.882             | 80.526             |
| Despesas Financeiras  | 27   | (314.049)          | (244.807)          |
|   |      | <b>(222.167)</b>   | <b>(164.281)</b>   |
| <b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b> |      |                    |                    |
|   |      | <b>914.073</b>     | <b>789.585</b>     |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                          | 16.a | (227.901)          | (162.738)          |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                               |      | <b>686.172</b>     | <b>626.847</b>     |
| Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias                    |      | 214.429            | 195.890            |
| Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais                 |      | 471.743            | 430.957            |
| <b>Lucro Básico e Diluído por Ação</b>                          |      |                    |                    |
| Ordinária   | 22.e | 1,27703            | 0,86811            |
| Preferencial  |      | 1,40474            | 1,71311            |
| <b>Quantidade de Ações no Final do Exercício</b>                |      |                    |                    |
| Ordinárias  |      | 167.911.753        | 167.911.724        |
| Preferenciais   |      | 335.823.420        | 335.823.449        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|  | Capital Social   | Reserva de Reavaliação | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Plano de Investimentos | Legal          | Reservas de Lucros |                              |                   |                               | Total            |
|--|------------------|------------------------|----------------------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|
|  |                  |                        |                                  |                        |                | Incentivos Fiscais | Dividendo Adicional Proposto | Lucros Acumulados | Outros Resultados Abrangentes |                  |
| <b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>                   | <b>2.597.360</b> | <b>92.825</b>          | <b>12.147</b>                    | <b>1.112.842</b>       | <b>172.681</b> | <b>8.998</b>       | <b>103.951</b>               | -                 | <b>79.503</b>                 | <b>4.180.307</b> |
| Aumento de Capital                                       | 257.592          | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | -                             | 257.592          |
| Gastos com Emissão de Ações                              | (7.288)          | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | -                             | (7.288)          |
| Realização de Reserva de Reavaliação                     | -                | (8.522)                | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | 8.522             | -                             | -                |
| Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação    | -                | 2.897                  | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | (2.897)           | -                             | -                |
| Realização do Ajuste ao Custo Atribuído                  | -                | -                      | (2.631)                          | -                      | -              | -                  | -                            | 2.631             | -                             | -                |
| Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído | -                | -                      | 894                              | -                      | -              | -                  | -                            | (894)             | -                             | -                |
| Ganhos e Perdas Atuariais                                | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | 5.998                         | 5.998            |
| Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais     | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | (2.039)                       | (2.039)          |
| Dividendos Adicionais de 2015                            | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | (103.951)                    | -                 | -                             | (103.951)        |
| Lucro Líquido do Exercício                               | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | 626.847           | -                             | 626.847          |
| Destinação proposta à A.G.O.:                            |                  |                        |                                  |                        |                |                    |                              |                   |                               |                  |
| Constituição de Reserva Legal                            | -                | -                      | -                                | -                      | 31.343         | -                  | -                            | (31.343)          | -                             | -                |
| Incentivos Fiscais                                       | -                | -                      | -                                | -                      | -              | 335                | -                            | (335)             | -                             | -                |
| Juros sobre o Capital Próprio                            | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | (293.404)         | -                             | (293.404)        |
| Dividendos Adicionais Propostos                          | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | 148.792                      | (4.181)           | -                             | 144.611          |
| Retenção de Lucros                                       | -                | -                      | -                                | 304.946                | -              | -                  | -                            | (304.946)         | -                             | -                |
| <b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>                   | <b>2.847.664</b> | <b>87.200</b>          | <b>10.410</b>                    | <b>1.417.788</b>       | <b>204.024</b> | <b>9.333</b>       | <b>148.792</b>               | -                 | <b>83.462</b>                 | <b>4.808.673</b> |
| Gastos com Emissão de Ações                              | 3.425            | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | -                             | 3.425            |
| Realização de Reserva de Reavaliação                     | -                | (9.085)                | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | 9.085             | -                             | -                |
| Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação    | -                | 3.089                  | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | (3.089)           | -                             | -                |
| Realização do Ajuste ao Custo Atribuído                  | -                | -                      | (3.640)                          | -                      | -              | -                  | -                            | 3.640             | -                             | -                |
| Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído | -                | -                      | 1.237                            | -                      | -              | -                  | -                            | (1.237)           | -                             | -                |
| Ganhos e Perdas Atuariais                                | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | (51.526)                      | (51.526)         |
| Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais     | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | -                 | 17.519                        | 17.519           |
| Dividendos Adicionais de 2016                            | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | (148.792)                    | -                 | -                             | (148.792)        |
| Lucro Líquido do Exercício                               | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | 686.172           | -                             | 686.172          |
| Destinação proposta à A.G.O.:                            |                  |                        |                                  |                        |                |                    |                              |                   |                               |                  |
| Constituição de Reserva Legal                            | -                | -                      | -                                | -                      | 34.277         | -                  | -                            | (34.277)          | -                             | -                |
| Incentivos Fiscais                                       | -                | -                      | -                                | -                      | -              | 629                | -                            | (629)             | -                             | -                |
| Juros sobre o Capital Próprio                            | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | -                            | (319.105)         | -                             | (319.105)        |
| Dividendos Adicionais Propostos                          | -                | -                      | -                                | -                      | -              | -                  | 162.816                      | (6.528)           | -                             | 156.288          |
| Retenção de Lucros                                       | -                | -                      | -                                | 334.032                | -              | -                  | -                            | (334.032)         | -                             | -                |
| <b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>                   | <b>2.851.089</b> | <b>81.204</b>          | <b>8.007</b>                     | <b>1.751.820</b>       | <b>238.301</b> | <b>9.962</b>       | <b>162.816</b>               | -                 | <b>49.455</b>                 | <b>5.152.654</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|  | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b>  | <b>686.172</b> | <b>626.847</b> |
| <b>Outros Resultados Abrangentes Líquidos a serem Reclassificados para o Resultado do Exercício em Períodos Subsequentes</b> |                |                |
| Ganhos e Perdas Atuariais  | (51.526)       | 5.998          |
| Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social   | 17.519         | (2.039)        |
| <b>Resultado Abrangente do Exercício</b>   | <b>652.165</b> | <b>630.806</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|  | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                                |                  |                  |
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b>  | <b>686.172</b>   | <b>626.847</b>   |
| Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais |                  |                  |
| Depreciações e Amortizações  | 247.282          | 217.111          |
| Custo das Baixas do Imobilizado e Intangível                                     | 10.286           | 12.651           |
| Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos  | 826              | 1.285            |
| Custo das Baixas de Investimentos  | 214              | -                |
| Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros                                    | 4.007            | (22.625)         |
| Provisão para Perdas na Realização de Créditos                                   | 28.800           | 21.775           |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, Líquidos                       | (61.617)         | (41.261)         |
| Provisões  | (942)            | 43.153           |
| Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica                             | 89.188           | 98.489           |
| Juros sobre Financiamentos   | 234.116          | 238.666          |
| Variações Monetárias sobre Financiamentos  | 58.878           | 50.055           |
| Resultado de Equivalência Patrimonial  | 1.791            | 3.361            |
| Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros                       | 825              | 378              |
| Ajuste a Valor Justo – Investimentos   | 2.089            | -                |
|  | <b>615.743</b>   | <b>623.038</b>   |
| <b>Varição nos Ativos e Passivos</b>   |                  |                  |
| Contas a Receber de Clientes   | (75.634)         | (105.261)        |
| Impostos e Contribuições a Recuperar   | 14.860           | (10.268)         |
| Depósitos Judiciais  | (28.923)         | (23.548)         |
| Estoques   | (170)            | (1.060)          |
| Outras Contas a Receber  | (7.931)          | (27.216)         |
| Empreiteiros e Fornecedores  | 49.150           | 8.101            |
| Contratos de Concessão   | (4.937)          | (1.241)          |
| Impostos e Contribuições   | (24.556)         | (3.150)          |
| Salários e Encargos a Pagar  | 19.341           | 17.093           |
| Cauções e Retenções Contratuais  | 336              | (346)            |
| Receitas a Apropriar   | 16.958           | (3.250)          |
| Títulos a Pagar  | -                | (3.087)          |
| Outras Contas a Pagar  | 93.439           | 65               |
|  | <b>51.933</b>    | <b>(153.168)</b> |
| <b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>                                | <b>1.353.848</b> | <b>1.096.717</b> |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>                            |                  |                  |
| Aplicação no Imobilizado e no Intangível   | (777.807)        | (701.293)        |
| Aplicação em Investimentos   | (11.157)         | (7.540)          |
| <b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>                            | <b>(788.964)</b> | <b>(708.833)</b> |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>                           |                  |                  |
| Financiamentos Obtidos   | 213.321          | 494.178          |
| Amortizações de Financiamentos   | (361.409)        | (219.152)        |
| Pagamentos de Juros sobre Financiamentos   | (243.699)        | (227.344)        |
| Custo na Captação de Recursos de Terceiros                                       | -                | (1.823)          |
| Depósitos Vinculados   | 341              | (11.953)         |
| Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio                         | (281.305)        | (197.561)        |
| Emissão de Ações Primárias   | -                | 257.592          |
| Gastos com Emissão de Ações  | 3.425            | (7.288)          |
| <b>Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos</b>                             | <b>(669.326)</b> | <b>86.649</b>    |
| <b>VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>                                 | <b>(104.442)</b> | <b>474.533</b>   |
| Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes  | 638.330          | 163.797          |
| <b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>                                       | <b>533.888</b>   | <b>638.330</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

|                              | 2017      | % | 2016      | % |
|------------------------------|-----------|---|-----------|---|
| <b>Receitas</b>              |           |   |           |   |
| Vendas de Serviços Prestados | 4.166.955 |   | 3.741.006 |   |
| Outros Resultados            | (69.335)  |   | (         |   |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, aproximadamente 4,1% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 17,3% venceram de 2018 a 2027 e 78,6% foram renovados tendo seu vencimento após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 14.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 11. Em setembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou em Reunião Ordinária o aumento de 11% da participação societária da Companhia na CS Bioenergia S.A. e encaminhou para à aprovação nos órgãos competentes, estando o processo sob análise.

A Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AREGPAR, através da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63%, conforme previsto no artigo 3º:

*Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será deferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um repasseamento médio de 8,53% (oito virgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois virgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.*

Em analogia a Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) O efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões. A estimativa do valor a receber decorrente da diferença entre a Receita Requerida e a Receita Verificada será mensurada e divulgada durante todo o período do diferimento, e até 31 de dezembro de 2017 representa R\$361.086. Este valor representa a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2017 e poderá sofrer alteração em função da variação da taxa Selic.

Adicionalmente a Companhia, em 21 de julho de 2017, encaminhou ofício à Agepar solicitando que o regulador defina as regras para registro da contabilidade regulatória, para evidenciando de ativos e passivos financeiros. Em 18 de setembro de 2017 foram encaminhadas informações adicionais solicitadas pela Agepar. Em 06 de novembro de 2017 à Agepar publicou portaria designando 4 servidores para comporem o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Normas de Contabilidade Regulatória para a área de saneamento, o qual deverá apresentar o resultado de suas atividades em até 90 dias.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de janeiro de 2018.

#### 2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

#### 2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4
- Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5
- Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6
- Provisão para Perdas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6
- Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- Investimentos** – Nota Explicativa 11
- Imobilizado** – Nota Explicativa 12
- Intangível** – Nota Explicativa 12
- Arrendamento Mercantil Financeiro:** A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificados como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 12 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 13.
- Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment)** – Nota Explicativa 12
- Capitalização de Juros e Encargos Financeiros** – Nota Explicativa 12
- Empréstimos, Financiamentos e Debêntures** – Nota Explicativa 13
- Imposto de Renda e Contribuição Social** – Nota Explicativa 16
- Provisões e Passivos Contingentes** – Nota Explicativa 18
- Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados** – Nota Explicativa 19
- Partes Relacionadas** – Nota Explicativa 20
- Crédito de Juros sobre o Capital Próprio** – Nota Explicativa 22.d
- Receitas** – Nota Explicativa 23
- Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de liquidação.
- Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
- Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

**Contratos de Concessão:** Os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

**Contratos de Programas:** Os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

**v) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

**w) Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhore a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

#### Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

#### x) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

**CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada, em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Uma das principais alterações está relacionada com as provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida. A Companhia avaliou os impactos da nova norma e concluiu, considerando as características de seus Instrumentos Financeiros e a política de recuperação de créditos atualmente adotada, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

**CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes:** O CPC 47 (IFRS 15) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em substituição ao CPC 30 – Receitas e CPC 17 – Contratos de Construção. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 – Identificar o contrato com o cliente; 2 – Identificar as obrigações de desempenho; 3 – Determinar o preço da transação; 4 – Alocar o preço da transação; e 5 – Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. Considerando o objeto social da Companhia é possível verificar que não existe etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, e o reconhecimento da receita ocorre pelo faturamento dos serviços prestados em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, e concluiu que não haverá impactos significativos da referida norma nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

**CPC 6 – Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 6 R2 (IFRS 16) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento, considerando os contratos de arrendamento operacional existentes.

### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

#### 4.1 Gestão de Risco Financeiro

**Risco de negócio:** o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

**Risco de Crédito:** a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

**Risco de Taxa de Juros:** risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Análise de Sensibilidade a taxa de juros:** a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 21.881 e R\$ 43.762 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

#### ANÁLISE

| DESCRIÇÃO                                   | Indexador | + 25%           | -25%            | +50%            | -50%            |
|---|-----------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Caixa FI Sanepar I Renda Fixa               | DI        | 14.280          | (14.280)        | 28.560          | (28.560)        |
| <b>Ativos</b>                               |           | <b>(36.161)</b> | <b>(14.280)</b> | <b>28.560</b>   | <b>(28.560)</b> |
| Caixa Econômica Federal                     | TR        | (1.104)         | 1.104           | (2.208)         | 2.208           |
| BNDES                                       | TJLP      | (1.456)         | 1.456           | (2.912)         | 2.912           |
| BNDES-PAC2                                  | TJLP      | (1.472)         | 1.472           | (2.944)         | 2.944           |
| Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries    | TJLP      | (2.004)         | 2.004           | (4.008)         | 4.008           |
| Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série          | IPCA      | (926)           | 926             | (1.852)         | 1.852           |
| Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série          | DI        | (3.442)         | 3.442           | (6.884)         | 6.884           |
| Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série          | IPCA      | (907)           | 907             | (1.814)         | 1.814           |
| Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série          | TJLP      | (1.575)         | 1.575           | (3.150)         | 3.150           |
| Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série          | IPCA      | (584)           | 584             | (1.168)         | 1.168           |
| Debêntures – 5ª Emissão – 2ª Série          | DI        | (5.093)         | 5.093           | (10.186)        | 10.186          |
| Debêntures – 6ª Emissão – 1ª Série          | DI        | (2.269)         | 2.269           | (4.538)         | 4.538           |
| Debêntures – 6ª Emissão – 2ª Série          | DI        | (4.784)         | 4.784           | (9.568)         | 9.568           |
| Arrendamento Mercantil Financeiro           | IPC       | (10.545)        | 10.545          | (21.090)        | 21.090          |
| <b>Passivos</b>                             |           | <b>(36.161)</b> | <b>36.161</b>   | <b>(72.322)</b> | <b>72.322</b>   |
| <b>Efeitos no Lucro antes da Tributação</b> |           | <b>(21.881)</b> | <b>21.881</b>   | <b>(43.762)</b> | <b>43.762</b>   |

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,60% e a TJLP de 7,12%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 2,95%, obtida junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,89% obtida junto à CETIP SA e o IPC – FIPE foi de 2,27%, obtido na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

**Risco de Liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia aprovou a política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

**Derivativos:** a Companhia não possui operações de troca de índices (SWAP) ou que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

#### 4.2 Gestão de risco de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo

em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

|   | 2017      | 2016      |
|---|-----------|-----------|
| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro | 2.716.838 | 2.712.074 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa   | (533.888) | (638.330) |
| Dívida Líquida  | 2.182.950 | 2.073.744 |
| Patrimônio Líquido  | 5.152.654 | 4.808.673 |
| Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido                                   | 0,42      | 0,43      |

#### 4.3 Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado. A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

| Descrição                             | VALOR CONTÁBIL   |                  | VALOR JUSTO      |                  |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                       | 2017             | 2016             | 2017             | 2016             |
| <b>Ativos Financeiros</b>             |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e Equivalentes de caixa         | 533.888          | 638.330          | 533.888          | 638.330          |
| Contas a Receber de Clientes, líquido | 617.337          | 570.503          | 617.337          | 570.503          |
| Depósitos Vinculados                  | 55.337           | 55.678           | 55.337           | 55.678           |
| Ativos Financeiros Contratuais        | 201.077          | 172.381          | 201.077          | 172.381          |
| <b>Total</b>                          | <b>1.407.639</b> | <b>1.436.892</b> | <b>1.407.639</b> | <b>1.436.892</b> |

#### Passivos Financeiros

|   |                  |                  |                  |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro | 2.716.838        | 2.712.074        | 2.716.838        | 2.712.074        |
| Empreiteiros e Fornecedores   | 182.655          | 133.505          | 182.655          | 133.505          |
| Contratos de Concessão  | 91.989           | 96.926           | 91.989           | 96.926           |
| <b>Total</b>  | <b>2.991.482</b> | <b>2.942.505</b> | <b>2.991.482</b> | <b>2.942.505</b> |

Adicionalmente, no exercício de 2017 a Companhia implementou o processo de gerenciamento de riscos corporativos, com suporte de consultoria especializada.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### Prática Contábil:

*Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.*

Apresenta a seguinte composição:

| Descrição                                      | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| Depósitos Bancários Livres                     | 3.618          | 2.988          |
| Depósitos Bancários Vinculados                 | 20.181         | 24.687         |
| <b>Total</b>                                   | <b>23.799</b>  | <b>27.675</b>  |
| Aplicações Financeiras                         | 510.089        | 610.655        |
| <b>Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> | <b>533.888</b> | <b>638.330</b> |

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal, com remuneração média de 99,68% do CDI (100,18% em 2016) e Certificado de Depósito Bancário contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação.

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### Prática Contábil:

*Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento*

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

#### 10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

##### Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual. **Ajuste a Valor Presente:** Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

| Descrição                   | 2016           | Adições       | Receitas de AVP | Despesa de AVP  | 2017           |
|-----------------------------|----------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Investimento Não Amortizado | 480.131        | 89.997        | -               | -               | 570.128        |
| Ajuste a Valor Presente     | (307.750)      | (57.294)      | 6.649           | (10.656)        | (369.051)      |
| <b>Totais</b>               | <b>172.381</b> | <b>32.703</b> | <b>6.649</b>    | <b>(10.656)</b> | <b>201.077</b> |

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (spread entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 23 e 30 anos.

#### 11. INVESTIMENTOS

##### Prática Contábil:

**Joint Venture:** O investimento da Companhia no joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Outros Investimentos: São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

| Descrição  | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A. | 18.832        | 9.466         |
| Investimento Reconhecido pelo Método de Custo            | 522           | 522           |
| Investimento Reconhecido pelo Valor Justo                | 112           | 2.415         |
| <b>Totais</b>  | <b>19.466</b> | <b>12.403</b> |

##### Investimentos em joint venture

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A. referente a aporte financeiro no montante de R\$25.858 em seu Capital Social. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumarizadas a seguir:

| Balanco Patrimonial - CS Bioenergia S.A.                        | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| Ativo Circulante  | 897           | 1.139         |
| Ativo Não Circulante  | 60.291        | 59.858        |
| Imobilizado   | 40.770        | 39.831        |
| Arrendamento Mercantil Financeiro                               | 19.519        | 20.026        |
| Outros  | 2             | 1             |
| <b>Ativo Total</b>  | <b>61.188</b> | <b>60.997</b> |
| Passivo Circulante  | 1.286         | 37.334        |
| Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro | 910           | 37.334        |
| Outros  | 376           | -             |
| Passivo Não Circulante  | 12.822        | -             |
| Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro | 12.822        | -             |
| Patrimônio Líquido  | 47.080        | 23.663        |
| <b>Passivo Total</b>  | <b>61.188</b> | <b>60.997</b> |

| Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A. | 2017           | 2016           |
|--|----------------|----------------|
| Receita  | 2.633          | -              |
| (-) Despesas Operacionais                      | (5.786)        | (2.701)        |
| Resultado Financeiro                           | (1.324)        | (5.693)        |
| Resultado Antes dos Impostos                   | (4.477)        | (8.394)        |
| IRPJ e CSLL                                    | -              | -              |
| <b>Resultado do Exercício</b>                  | <b>(4.477)</b> | <b>(8.394)</b> |

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

| Descrição  | 2017          | 2016         |
|--|---------------|--------------|
| Saldo no início do exercício   | 9.466         | 5.287        |
| Aportes Financeiros  | 11.157        | 7.540        |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%) | (1.791)       | (3.361)      |
| <b>Saldo no final do exercício</b>                                     | <b>18.832</b> | <b>9.466</b> |

##### Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$522 (R\$522 em 2016).

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201, que trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2017 equivale a R\$112.

#### 12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

##### Prática Contábil:

**Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

**Intangível:** O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

**Arrendamento Mercantil Financeiro:** O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 13. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

**Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:** Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

##### a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

| Por Contas           | 2017           |                       | 2016           |                |
|----------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| Descrição            | Custo          | Depreciação Acumulada | Custo          | Valor Líquido  |
| Administração        | 239.507        | (109.943)             | 129.564        | 130.449        |
| Outras Imobilizações | 2.378          | (1.997)               | 381            | 819            |
| <b>Totais</b>        | <b>241.885</b> | <b>(111.940)</b>      | <b>129.945</b> | <b>131.268</b> |

| Por Natureza                   | 2017                      |                  | 2016                  |                |
|--------------------------------|---------------------------|------------------|-----------------------|----------------|
| Descrição                      | Taxa de Depreciação Anual | Custo            | Depreciação Acumulada | Valor Líquido  |
| Terrenos                       | -                         | 2.309            | -                     | 2.309          |
| Construções Civis              | *1,84%                    | 68.145           | (14.774)              | 53.371         |
| Benfeitorias                   | 2%                        | 1.933            | (657)                 | 1.276          |
| Instalações                    | *5,83%                    | 3.751            | (2.134)               | 1.617          |
| Equipamentos                   | *6,23%                    | 51.346           | (20.524)              | 30.822         |
| Móveis e Utensílios            | 7,14%                     | 36.390           | (17.025)              | 19.365         |
| Equipamentos de Informática    | *19,82%                   | 33.446           | (23.888)              | 9.558          |
| Veículos                       | *13,05%                   | 27.511           | (18.270)              | 9.241          |
| Máquinas, Tratores e Similares | *19,35%                   | 16.518           | (14.365)              | 2.153          |
| Ferramentas                    | 6,67%                     | 536              | (303)                 | 233            |
| <b>Totais</b>                  | <b>241.885</b>            | <b>(111.940)</b> | <b>129.945</b>        | <b>131.268</b> |

\* Taxa Média Ponderada

##### b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

| Por Contas                             | 2017              |                       | 2016             |                  |
|--|-------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| Descrição                              | Custo             | Amortização Acumulada | Custo            | Valor Líquido    |
| Sistemas de Água                       | 4.201.765         | (1.382.159)           | 2.819.606        | 2.731.814        |
| Sistemas de Esgoto                     | 4.804.732         | (962.977)             | 3.841.755        | 3.323.219        |
| Resíduos Sólidos                       | 2.076             | (2.076)               | -                | -                |
| Direitos de Uso e Operação de Sistemas | 125.093           | (67.107)              | 57.986           | 62.153           |
| Outros Ativos Intangíveis              | 94.863            | (49.522)              | 45.341           | 32.924           |
| Projetos e Obras em Andamento          | 972.060           | -                     | 972.060          | 1.000.861        |
| Estoque para Obras                     | 53.410            | -                     | 53.410           | 48.422           |
| <b>Totais</b>                          | <b>10.253.999</b> | <b>(2.463.841)</b>    | <b>7.790.158</b> | <b>7.199.393</b> |

\* Taxa Média Ponderada

| Por Natureza                             | 2017                      |                    | 2016                  |                  |
|--|---------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| Descrição                                | Taxa de Amortização Anual | Custo              | Amortização Acumulada | Valor Líquido    |
| Terrenos                                 | -                         | 137.940            | -                     | 137.940          |
| Poços                                    | *3,10%                    | 129.581            | (35.033)              | 94.548           |
| Barragens                                | *2,67%                    | 144.696            | (52.040)              | 92.656           |
| Construções Civis                        | *2,59%                    | 2.069.512          | (446.103)             | 1.623.409        |
| Benfeitorias                             | *2,67%                    | 20.863             | (2.458)               | 18.405           |
| Tubulações                               | *2,64%                    | 4.872.975          | (1.124.283)           | 3.748.692        |
| Ligações Prediais                        | 3,33%                     | 659.653            | (204.342)             | 455.311          |
| Instalações                              | *5,83%                    | 148.238            | (46.273)              | 101.965          |
| Hidrometros                              | 10%                       | 176.322            | (67.889)              | 108.433          |
| Macromedidores                           | 10%                       | 5.549              | (3.513)               | 2.036            |
| Equipamentos                             | *6,23%                    | 532.669            | (248.221)             | 284.448          |
| Móveis e Utensílios                      | 7,14%                     | 4.610              | (2.868)               | 1.742            |
| Equipamento de Informática               | *19,82%                   | 85.754             | (80.457)              | 5.297            |
| Programas de Informática                 | 20%                       | 48.611             | (35.419)              | 13.192           |
| Veículos                                 | *13,05%                   | 25.388             | (14.794)              | 10.594           |
| Máquinas, Tratores e Similares           | *19,35%                   | 18.346             | (16.790)              | 1.556            |
| Ferramentas                              | 6,67%                     | 279                | (178)                 | 101              |
| Direitos de Uso de Linhas de Transmissão | 6,25%                     | 156                | (127)                 | 29               |
| Proteção e Preservação Ambiental         | 20%                       | 22.294             | (15.946)              | 6.348            |
| Concessão do Município de Curitiba (1)   | 3,33%                     | 125.000            | (67.014)              | 57.986           |
| Concessão do Município de Cianorte (2)   | 5%                        | 93                 | (93)                  | -                |
| Projetos e Obras em Andamento            | -                         | 972.060            | -                     | 972.060          |
| Estoque para Obras                       | -                         | 53.410             | -                     | 53.410           |
| <b>Totais</b>                            | <b>10.253.999</b>         | <b>(2.463.841)</b> | <b>7.790.158</b>      | <b>7.199.393</b> |

\* Taxa Média Ponderada

(1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 14.

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2017, refere-se a 133 (144 em 2016) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 93 (109 em 2016) localidades, no montante de R\$426.079 (R\$295.787 em 2016); 130 (161 em 2016) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 91 (99 em 2016) localidades, no montante de R\$372.357 (R\$569.947 em 2016), e ainda R\$173.624 (R\$135.127 em 2016) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$47.358 (R\$47.385 em 2016). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 16,4%.

**Arrendamento Mercantil Financeiro:** A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões precedida da concessão de direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017. Os ativos objeto deste Arrendamento Mercantil Financeiro serão construídos e entregues pelo arrendador em quatro etapas, com intervalo de 1 (um) ano entre elas. No final de dezembro de 2017 foram concluídos e entregues para operação 72,2% do objeto do referido contrato equivalente a entregas da 1ª, 2ª e 3ª etapas contratuais (79,5% do objeto físico). A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

| Por Contas        | 2017           |                       | 2016           |               |
|-------------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------|
| Descrição         | Custo          | Amortização Acumulada | Custo          | Valor Líquido |
| Edificações       | 37.434         | (320)                 | 37.114         | 11.390        |
| Tubulações        | 94.016         | (916)                 | 93.100         | 26.647        |
| Ligações Prediais | 6.068          | (101)                 | 5.967          | 1.815         |
| Instalações       | 309            | (11)                  | 298            | 94            |
| Equipamentos      | 6.013          | (157)                 | 5.856          | 1.090         |
| <b>Totais</b>     | <b>143.840</b> | <b>(1.505)</b>        | <b>142.335</b> | <b>41.036</b> |

##### c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2017:

| Descrição                                | 2016           | Adições       | Depreciação e Amortização | Baixas e Perdas | Transferências | 2017           |
|--|----------------|---------------|---------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| <b>Imobilizado</b>                       |                |               |                           |                 |                |                |
| Terrenos                                 | 2.309          | -             | -                         | -               | -              | 2.309          |
| Construções Civis                        | 54.241         | 278           | (1.343)                   | (582)           | 777            | 53.371         |
| Benfeitorias                             | 1.166          | 145           | (35)                      | -               | -              | 1.276          |
| Instalações                              | 1.722          | 71            | (170)                     | -               | (6)            | 1.617          |
| Equipamentos                             | 24.626         | 7.905         | (2.598)                   | (49)            | 938            | 30.822         |
| Móveis e Utensílios                      | 19.554         | 2.003         | (2.002)                   | (198)           | 8              | 19.365         |
| Equipamentos de Informática              | 13.101         | 252           | (3.734)                   | (131)           | 70             | 9.558          |
| Veículos                                 | 8.683          | 2.776         | (1.744)                   | (185)           | (289)          | 9.241          |
| Máquinas, Tratores e Similares           | 5.629          | 11            | (3.261)                   | -               | (226)          | 2.153          |
| Ferramentas                              | 237            | 18            | (20)                      | (3)             | 1              | 233            |
| <b>Totais Imobilizado</b>                | <b>131.268</b> | <b>13.459</b> | <b>(14.907)</b>           | <b>(1.148)</b>  | <b>1.273</b>   | <b>129.945</b> |
| <b>Intangível</b>                        |                |               |                           |                 |                |                |
| Terrenos                                 | 113.041        | 8.274         | -                         | -               | 16.625         | 137.940        |
| Poços                                    | 89.045         | 209           | (1.743)                   | (144)           | 7.181          | 94.548         |
| Barragens                                | 93.351         | 109           | (2.544)                   | -               | 1.740          | 92.656         |
| Construções Civis                        | 1.387.226      | 45.254        | (39.342)                  | (987)           | 231.258        | 1.623.409      |
| Benfeitorias                             | 16.072         | 138           | (481)                     | (12)            | 2.688          | 18.405         |
| Tubulações                               | 3.480.386      | 84.960        | (102.780)                 | (1.320)         | 287.446        | 3.748.692      |
| Ligações Prediais                        | 414.824        | 4.535         | (18.931)                  | (600)           | 55.483         | 455.311        |
| Instalações                              | 99.680         | 792           | (8.888)                   | (946)           | 11.327         | 101.965        |
| Hidrometros                              | 100.813        | 16            | (16.077)                  | (2.665)         | 26.346         | 108.433        |
| Macromedidores                           | 1.939          | -             | (380)                     | -               | 477            | 2.036          |
| Equipamentos                             | 254.223        | 22.266        | (23.622)                  | (2.691)         | 34.272         | 284.448        |
| Móveis e Utensílios                      | 1.888          | 113           | (203)                     | (88)            | 32             | 1.742          |
| Equipamentos de Informática              | 8.712          | 15            | (3.338)                   | (130)           | 38             | 5.297          |
| Programas de Informática                 | 10.372         | 7.523         | (4.374)                   | (328)           | (1)            | 13.192         |
| Veículos                                 | 4.352          | 6.759         | (816)                     | 11              | 288            | 10.594         |
| Máquinas, Tratores e Similares           | 3.052          | -             | (1.723)                   | -               | 227            | 1.556          |
| Ferramentas                              | 103            | 11            | (12)                      | (1)             | -              | 101            |
| Direitos de Uso de Linhas de Transmissão | 34             | -             | (4)                       | -               | (1)            | 29             |
| Proteção e Preservação Ambiental         | 8.844          | 415           | (2.944)                   | 33              | -              | 6.348          |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

### c) O cronograma de amortização é o seguinte:

| Descrição                                     | 2018           | 2019           | 2020           | 2021           | 2022           | 2023           | 2024 a 2038    | Total            |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Debêntures 2ª Emissão                         | 49.466         | 45.706         | 45.707         | 45.707         | 45.707         | 45.707         | 38.649         | <b>316.649</b>   |
| Debêntures 3ª Emissão                         | 68.411         | 65.398         | 65.397         | -              | -              | -              | -              | <b>199.206</b>   |
| Debêntures 4ª Emissão                         | 31.823         | 30.891         | 30.891         | 30.891         | 30.891         | 30.891         | 110.683        | <b>296.961</b>   |
| Debêntures 5ª Emissão                         | 189.372        | -              | -              | -              | -              | -              | -              | <b>189.372</b>   |
| Debêntures 6ª Emissão                         | 87.507         | 169.726        | -              | -              | -              | -              | -              | <b>257.233</b>   |
| <b>Subtotais Debêntures</b>                   | <b>426.579</b> | <b>311.721</b> | <b>141.995</b> | <b>76.598</b>  | <b>76.598</b>  | <b>76.598</b>  | <b>149.332</b> | <b>1.259.421</b> |
| BNDES   | 32.068         | 30.863         | 7.585          | 7.585          | 7.585          | 635            | -              | <b>86.321</b>    |
| BNDES – PAC2                                  | 26.263         | 25.582         | 25.582         | 25.582         | 23.129         | 22.408         | 88.049         | <b>236.595</b>   |
| Banco do Brasil -PSI                          | 3.401          | 3.369          | 3.369          | 3.369          | 3.369          | 2.093          | 190            | <b>19.160</b>    |
| Banco Itaú -PSI                               | 3.588          | 3.542          | 3.542          | 3.542          | 3.542          | 3.055          | 1.446          | <b>22.257</b>    |
| Caixa Econômica Federal                       | 66.668         | 71.201         | 75.175         | 65.903         | 56.099         | 44.862         | 536.503        | <b>916.411</b>   |
| <b>Subtotais Empréstimos e Financiamentos</b> | <b>131.988</b> | <b>134.557</b> | <b>115.253</b> | <b>105.981</b> | <b>93.724</b>  | <b>73.053</b>  | <b>626.188</b> | <b>1.280.744</b> |
| Arrendamento Mercantil                        | 3.981          | 2.980          | 3.367          | 3.805          | 4.299          | 4.858          | 153.383        | <b>176.673</b>   |
| <b>Totais</b>                                 | <b>562.548</b> | <b>449.258</b> | <b>260.615</b> | <b>186.384</b> | <b>174.621</b> | <b>154.509</b> | <b>928.903</b> | <b>2.716.838</b> |

Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

| Descrição                            | 2017                       |                      | 2016  |   |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------------|---|---|
|                                      | Pagamentos Futuros Mínimos | Encargos Financeiros | Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos | Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos |
| Menos de um ano                      | 23.617                     | (19.636)             | 3.981   | 562   |
| Mais de um ano e menos de cinco anos | 96.165                     | (81.880)             | 14.285  | 3.020   |
| Acima de cinco anos                  | 327.125                    | (168.718)            | 158.407                                       | 37.526  |
| <b>Totais</b>                        | <b>446.907</b>             | <b>(270.234)</b>     | <b>176.673</b>                                | <b>41.108</b>                                 |

A taxa de desconto aplicada foi de 12,4%

### d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentados a seguinte movimentação:

| Descrição                                  | 2017           |                  | 2016           |                  |
|--|----------------|------------------|----------------|------------------|
|  | Circulante     | Não Circulante   | Circulante     | Não Circulante   |
| <b>Saldo no início do exercício</b>        | <b>379.163</b> | <b>2.332.911</b> | <b>230.660</b> | <b>2.105.348</b> |
| Liberações                                 | -              | 213.321          | -              | 494.178          |
| Juros e Taxas                              | 234.116        | -                | 238.666        | -                |
| Variações Monetárias                       | -              | 58.878           | -              | 50.055           |
| Transferências                             | 554.231        | (554.231)        | 356.452        | (356.452)        |
| Amortizações                               | (605.108)      | -                | (446.496)      | -                |
| Custo na Captação de Recursos de Terceiros | 146            | 679              | (681)          | (764)            |
| Arrendamento Mercantil Financeiro          | -              | 102.732          | 562            | 40.546           |
| <b>Saldo no final do exercício</b>         | <b>562.548</b> | <b>2.154.290</b> | <b>379.163</b> | <b>2.332.911</b> |

### e) Os principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2017 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

| Indexador               | Liberações     | Amortizações   |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Debêntures 2ª Emissão   | -              | 73.949         |
| Debêntures 3ª Emissão   | -              | 91.004         |
| Debêntures 4ª Emissão   | 37.977         | 33.601         |
| Debêntures 5ª Emissão   | -              | 139.348        |
| Debêntures 6ª Emissão   | -              | 31.482         |
| BNDES                   | -              | 49.527         |
| BNDES – PAC2            | 75.512         | 33.454         |
| Banco do Brasil – PSI   | -              | 4.156          |
| Banco Itaú – PSI        | -              | 4.684          |
| Caixa Econômica Federal | 99.832         | 134.373        |
| Arrendamento Mercantil  | 102.732        | 9.530          |
| <b>Totais</b>           | <b>316.053</b> | <b>605.108</b> |

### f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

#### (i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

| Índice                           | Limite                  | Faixa                                   | Realizado |
|----------------------------------|-------------------------|---|-----------|
| EBITDA / Serviço da Dívida       | Igual ou superior a 1,5 | Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2 | 2,3       |
| Dívida Bancária Líquida / EBITDA | Igual ou inferior a 3,0 | Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0 | 1,6       |
| Outras Dívidas Onerosas / EBITDA | Igual ou inferior a 1,0 | Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0 | 0,7       |

#### (ii) Covenants de contratos da 3ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures

| Índice                                       | Limite                  | Realizado |
|--|-------------------------|-----------|
| Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado    | Igual ou inferior a 3,0 | 1,5       |
| EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida | Igual ou superior a 1,5 | 6,6       |

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

## 14. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$91.989 (R\$96.926 em 2016), sendo R\$7.716 (R\$7.501 em 2016) registrados no passivo circulante e R\$84.273 (R\$89.425 em 2016) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

| Anos de Vencimento | Saldo a Pagar |
|--------------------|---------------|
| 2018               | 7.716         |
| 2019               | 7.716         |
| 2020               | 7.716         |
| 2021               | 7.716         |
| 2022               | 7.716         |
| 2023 a 2031        | 53.409        |
| <b>Total</b>       | <b>91.989</b> |

## 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

| Descrição                                 | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| COFINS a Pagar                            | 21.616        | 20.237        |
| PASEP a Pagar                             | 4.683         | 4.378         |
| COFINS – Parcelamento (1)                 | 4.079         | 4.079         |
| IPTU – Parcelamento (2)                   | 1.667         | 1.749         |
| Impostos e Contribuições Retidos na Fonte | 36.164        | 34.228        |
| <b>Totais de Impostos e Contribuições</b> | <b>68.209</b> | <b>64.671</b> |
| Circulante                                | 66.941        | 63.260        |
| Não Circulante                            | 1.268         | 1.411         |

(1) Parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução

do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1ª Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. A última movimentação do processo ocorreu em 02/03/2016 quando foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria.

(2) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 40 parcelas no montante de R\$1.022.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRRJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

### a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

| Descrição  | 2017             |                     | 2016             |                     |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
|  | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social              | 914.073          | 914.073             | 789.585          | 789.585             |
| <b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes</b> | <b>(228.518)</b> | <b>(82.267)</b>     | <b>(197.396)</b> | <b>(71.063)</b>     |
| Benefício da Deducibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio      | 79.776           | 28.719              | 73.351           | 26.406              |
| Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos                  | (2.334)          | (839)               | 84               | 30                  |
| Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)                    | 852              | 307                 | (142)            | (51)                |
| Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)                   | 8.466            | -                   | 5.969            | -                   |
| Incentivo Empresa Cidadã (3)                                       | 673              | -                   | 458              | -                   |
| Equivalência Patrimonial   | (448)            | (161)               | (840)            | (303)               |
| Reversão Custo com Emissão de Ações                                | (856)            | (308)               | -                | -                   |
| Arrendamento Mercantil Financeiro                                  | (8.566)          | (3.084)             | -                | -                   |
| Parcelamento IBAMA (4)   | (13.978)         | (5.032)             | -                | -                   |
| Outros   | (157)            | (146)               | 603              | 156                 |
| <b>Totais das Despesas</b>   | <b>(165.090)</b> | <b>(62.811)</b>     | <b>(117.913)</b> | <b>(44.825)</b>     |
| <b>Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>         | <b>(227.901)</b> | <b>(162.738)</b>    |                  |                     |
| <b>Alíquota Efetiva</b>  | <b>24,9%</b>     | <b>20,6%</b>        |                  |                     |

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;  
(2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;  
(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008;  
(4) De acordo com a Lei nº 13.494/2017.

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

| Descrição                                  | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|
| Imposto de Renda                           | (210.740)        | (148.607)        |
| Contribuição Social                        | (78.778)         | (55.392)         |
| Realização do Imposto de Renda Diferido    | 45.650           | 30.694           |
| Realização da Contribuição Social Diferida | 15.967           | 10.567           |
| <b>Totais</b>                              | <b>(227.901)</b> | <b>(162.738)</b> |

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

| Descrição  | Prazo Estimado de Realização | Base de Cálculo | Imposto de Renda | Contribuição Social | 2017           | 2016    |
|--|------------------------------|-----------------|------------------|---------------------|----------------|---------|
|  |                              |                 |                  |                     | Total          | Total   |
| <b>ATIVO</b>   |                              |                 |                  |                     |                |         |
| AVP sobre Ativo Financeiro Contratual                    | 30 anos                      | 369.051         | 92.263           | 33.215              | 125.478        | 104.635 |
| Planos de Saúde e Previdência                            | 15 anos                      | 936.642         | 234.160          | 84.298              | 318.458        | 270.615 |
| Redução ao Valor Recuperável de Ativos                   | 10 anos                      | 13.427          | 3.357            | 1.208               | 4.565          | 4.258   |
| Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais | 5 anos                       | 505.634         | 126.409          | 45.507              | 171.916        | 172.236 |
| Provisão para Perdas na Realização de Créditos           | 3 anos                       | 49.535          | 12.384           | 4.458               | 16.842         | 15.912  |
| PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada              | 2 anos                       | 17.408          | 4.352            | 1.567               | 5.919          | -       |
| Provisão para PPR  | 1 ano                        | 40.704          | 10.176           | 3.663               | 13.839         | 12.647  |
| AVJ – Investimento FINAM                                 | 1 ano                        | 2.089           | 522              | 188                 | 710            | -       |
| AVP de Contas a Receber                                  | 1 ano                        | 2.453           | 613              | 221                 | 834            | -       |
| <b>Totais</b>  |                              | <b>484.236</b>  | <b>174.325</b>   | <b>658.561</b>      | <b>580.303</b> |         |
| <b>PASSIVO</b>   |                              |                 |                  |                     |                |         |
| AVP sobre Ativo Financeiro Contratual                    | 30 anos                      | 362.393         | 90.599           | 32.615              | 123.214        | 107.900 |
| IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias           | 25 anos                      | 131.481         | 32.870           | -                   | 32.870         | 34.169  |
| Doações de Órgãos Públicos                               | 20 anos                      | 9.962           | 2.490            | 897                 | 3.387          | -       |
| Arrendamento Mercantil Financeiro                        | -                            | -               | -                | -                   | -              | 13.952  |
| Reserva de Reavaliação                                   | 16 anos                      | 123.036         | 30.759           | 11.073              | 41.832         | 44.922  |
| Atribuição Novo Custo ao Imobilizado                     | 6 anos                       | 12.132          | 3.033            | 1.092               | 4.125          | 5.363   |
| <b>Totais</b>  |                              | <b>159.751</b>  | <b>45.677</b>    | <b>205.428</b>      | <b>206.306</b> |         |
| <b>Total líquido</b>                                     |                              | <b>324.485</b>  | <b>128.648</b>   | <b>453.133</b>      | <b>373.997</b> |         |

| Períodos de Realização | Ativo Fiscal Diferido |                     |         | Passivo Fiscal Diferido |                     |        |
|------------------------|-----------------------|---------------------|---------|-------------------------|---------------------|--------|
|                        | Imposto de Renda      | Contribuição Social | Totais  | Imposto de Renda        | Contribuição Social | Totais |
| 2018                   | 34.281                | 12.341              | 46.622  | 7.508                   | 2.210               | 9.718  |
| 2019                   | 33.442                | 12.039              | 45.481  | 7.508                   | 2.210               | 9.718  |
| 2020 a 2022            | 184.360               | 66.370              | 250.730 | 22.524                  | 6.629               | 29.153 |
| 2023 a 2025            | 57.952                | 20.862              | 78.814  | 20.704                  | 5.974               | 26.678 |
| 2026 a 2028            | 57.084                | 20.550              | 77.634  | 20.704                  | 5.974               | 26.678 |
| 2029 a 2031            | 57.084                | 20.550              | 77.634  | 20.704                  | 5.974               | 26.678 |
| 2032 a 2034            | 25.862                | 9.310               | 35.172  | 16.602                  | 4.498               | 21.100 |
| 2035 a 2037            |                       |                     |         |                         |                     |        |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

### Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

| Descrição                            | Plano de Aposentadoria | Plano de Assistência Médica |
|--------------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| <b>Valor da Obrigação no Período</b> | <b>1.193.801</b>       | <b>559.006</b>              |
| <b>Taxa de Juros</b>                 |                        |                             |
| Com Acréscimo de 1%                  | 1.081.763              | 506.543                     |
| Variação %                           | (9,0%)                 | (9,0%)                      |
| Com Redução de 1%                    | 1.317.443              | 616.902                     |
| Variação %                           | 10,0%                  | 10,0%                       |
| <b>Crescimento de Custos</b>         |                        |                             |
| Com Acréscimo de 1%                  | -                      | 615.600                     |
| Variação %                           | -                      | 10,0%                       |
| Com Redução de 1%                    | -                      | 507.615                     |
| Variação %                           | -                      | (9,0%)                      |
| <b>Crescimento Salarial</b>          |                        |                             |
| Com Acréscimo de 1%                  | 1.201.746              | -                           |
| Variação %                           | 1,0%                   | -                           |
| Com Redução de 1%                    | 1.186.601              | -                           |
| Variação %                           | (1,0%)                 | -                           |

### Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

| Descrição  | 2017             | %           | 2016             | %           |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|
| <b>Renda Fixa (a)</b>                              |                  |             |                  |             |
| Cotas de Fundos de Renda Fixa                      | 996.016          |             | 934.743          |             |
| Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado | 92.611           |             | 93.067           |             |
| Cotas de Fundos de Investimento Multimercado       | 30.977           |             | 28.201           |             |
| <b>Total Renda Fixa</b>                            | <b>1.119.604</b> | <b>78,9</b> | <b>1.056.011</b> | <b>79,6</b> |
| <b>Renda Variável (b)</b>                          |                  |             |                  |             |
| Cotas de Fundos de Investimentos Abertos           | 27.587           |             | 32.479           |             |
| Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI    | 57.488           |             | 49.257           |             |
| Carteira de Ações                                  | -                |             | 12.929           |             |
| <b>Total Renda Variável</b>                        | <b>85.075</b>    | <b>6,0</b>  | <b>94.665</b>    | <b>7,1</b>  |
| <b>Imóveis (c)</b>                                 | <b>40.564</b>    | <b>2,9</b>  | <b>41.240</b>    | <b>3,1</b>  |
| <b>Operações com Participantes (d)</b>             | <b>75.647</b>    | <b>5,3</b>  | <b>66.198</b>    | <b>5,0</b>  |
| <b>Estruturados (e)</b>                            |                  |             |                  |             |
| Cotas de FIP's                                     | 28.673           |             | 22.637           |             |
| Cotas de Fundos de Investimento Multimercado       | 68.869           |             | 46.365           |             |
| <b>Total Estruturados</b>                          | <b>97.542</b>    | <b>6,9</b>  | <b>69.002</b>    | <b>5,2</b>  |
| <b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>             | <b>1.418.432</b> | <b>100</b>  | <b>1.327.116</b> | <b>100</b>  |

a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multi-mercado enquadrados neste segmento.

### Tipos de investimentos não permitidos:

• **Day-Trade:** é vedada a realização de operações de day-trade nos fundos exclusivos investidos pelo plano;

• **Financiamentos imobiliários:** é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2018:

| Descrição                               | Plano de Aposentadoria | Plano de Assistência Médica | 2018          |
|---|------------------------|-----------------------------|---------------|
| Custo do Serviço Corrente               | 9.065                  | 9.301                       | 18.366        |
| Custo dos Juros                         | 107.913                | 52.801                      | 160.714       |
| Rendimento Esperado dos Ativos do Plano | (70.678)               | -                           | (70.678)      |
| Contribuições da Patrocinadora          | (2.050)                | (20.532)                    | (22.582)      |
| <b>Totais</b>                           | <b>44.250</b>          | <b>41.570</b>               | <b>85.820</b> |

## 20. PARTES RELACIONADAS

### Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2017, no montante de R\$74.755 (R\$114.211 em 2016) e dividendos adicionais propostos de R\$1.226 (R\$1.174 em 2016) totalizando R\$75.981 (R\$115.385 em 2016). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$102.624 e R\$89.611 para os exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2017, foi de R\$96.147 (R\$97.022 em 2016).

A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$8.564 (R\$7.867 em 2016).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

### Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aprovada pela 53ª/2017 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2017, no montante global de R\$14.255. Para o exercício de 2016 a aprovação se deu pela 52ª/2016 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2016, no montante de R\$13.055, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$9.142 e R\$2.454 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$11.596. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.272 referem-se a encargos sociais, R\$51 referem-se a participação nos resultados, R\$47 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$65 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$19 referem-se a Programas Complementares.

Durante o exercício de 2017, foi pago o montante de R\$12.771 (R\$11.596 em 2016), sendo R\$10.001 (R\$9.142 em 2016) a título de remuneração e R\$2.770 (R\$2.454 em 2016) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.538 (R\$2.272 em 2016) referem-se a encargos sociais, R\$83 (R\$51 em 2016) referem-se a participação nos resultados, R\$55 (R\$47 em 2016), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$88 (R\$65 em 2016) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$6 referem-se a Programas Complementares (R\$19 em 2016).

## 21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

| Descrição  | 2017           | 2016          |
|--|----------------|---------------|
| Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA | 8.012          | 7.409         |
| Contratos e Convênios com Terceiros                    | 8.753          | 12.224        |
| Convênios com Prefeituras Municipais                   | 13.669         | 11.338        |
| Cauções e Valores a Reembolsar                         | 10.355         | 6.701         |
| Indenizações Trabalhistas – PAI/PDVTC                  | 7.020          | -             |
| Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (1)         | 1.620          | 3.780         |
| Parcelamento IBAMA – PRD Lei 13.494/2017 (2)           | 85.462         | -             |
| <b>Totais</b>  | <b>134.891</b> | <b>41.452</b> |
| <b>Circulante</b>                                      | <b>54.481</b>  | <b>36.513</b> |
| <b>Não Circulante</b>                                  | <b>80.410</b>  | <b>4.939</b>  |

(1) Termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental – AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 15 parcelas no montante de R\$2.700.

(2) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a partir de novembro de 2017, a Companhia passou a negociar Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2017, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$10,23 (R\$9,55 em 31 de dezembro de 2016).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

|                           | Número de Ações    |              |                    |               |                    |              |
|---------------------------|--------------------|--------------|--------------------|---------------|--------------------|--------------|
|                           | Acionistas         | Ordinárias   | %                  | Preferenciais | %                  | Total        |
| Estado do Paraná          | 100.914.575        | 60,1         | 1                  | -             | 100.914.576        | 20,0         |
| Prefeituras Municipais    | -                  | -            | 2.310.702          | 0,7           | 2.310.702          | 0,5          |
| Investidores Estrangeiros | 35.631.610         | 21,2         | 192.918.997        | 57,4          | 228.550.607        | 45,4         |
| Demais Investidores       | 31.365.568         | 18,7         | 140.593.720        | 41,9          | 171.959.288        | 34,1         |
| <b>Totais</b>             | <b>167.911.753</b> | <b>100,0</b> | <b>335.823.420</b> | <b>100,0</b>  | <b>503.735.173</b> | <b>100,0</b> |

### b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.996 (R\$5.625 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

| Descrição  | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| <b>Saldo no início do exercício</b>                  | <b>87.200</b> | <b>92.825</b> |
| Realização da Reserva de Reavaliação                 | (9.085)       | (8.522)       |
| Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação | 3.089         | 2.897         |
| <b>Saldo no final do exercício</b>                   | <b>81.204</b> | <b>87.200</b> |

### c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$334.032 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

### d) Remuneração aos Acionistas

#### Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15% e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$108.496, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

|   | 2017           | 2016           |
|---|----------------|----------------|
| Lucro Líquido do Exercício                                  | 686.172        | 626.847        |
| Doações e Subvenções Governamentais                         | (629)          | (335)          |
| Constituição da Reserva Legal                               | (34.277)       | (31.343)       |
| <b>Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios</b>       | <b>651.266</b> | <b>595.169</b> |
| Dividendos Obrigatórios (25%)                               | 162.816        | 148.792        |
| Dividendos Complementares                                   | 162.817        | 148.793        |
| <b>Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio</b> | <b>325.633</b> | <b>297.585</b> |

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2017 foi de R\$319.105 (R\$293.404 em 2016), sendo retido o valor de R\$28.025 a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,8% (5,5% em 2016). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$6.528 (R\$4.181 em 2016), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$325.633 (R\$297.585 em 2016).

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$162.817, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas ex-dividendos (juros sobre o capital próprio e dividendos).

### e) Resultado por Ação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2017 e 31/12/2017 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

| Juros sobre o Capital Próprio – 30/06/2017 | Quantidade         | Remuneração Total | Remuneração por ação |
|--|--------------------|-------------------|----------------------|
| Ações Ordinárias                           | 167.911.724        | 49.847            | 0,29686              |
| Ações Preferenciais                        | 335.823.449        | 109.663           | 0,32655              |
| <b>Totais</b>                              | <b>503.735.173</b> | <b>159.510</b>    |                      |

| Juros sobre o Capital Próprio – 31/12/2017 | Quantidade         | Remuneração Total | Remuneração por ação |
|--|--------------------|-------------------|----------------------|
| Ações Ordinárias                           | 167.911.753        | 49.873            | 0,29702              |
| Ações Preferenciais                        | 335.823.420        | 109.722           | 0,32672              |
| <b>Totais</b>                              | <b>503.735.173</b> | <b>159.595</b>    |                      |
| Remuneração para 1 UNIT                    |                    |                   | 1,60390              |

| Dividendos Adicionais – 31/12/2017 | Quantidade         | Remuneração Total | Remuneração por ação |
|------------------------------------|--------------------|-------------------|----------------------|
| Ações Ordinárias                   | 167.911.753        | 2.040             | 0,01215              |
| Ações Preferenciais                | 335.823.420        | 4.488             | 0,01336              |
| <b>Totais</b>                      | <b>503.735.173</b> | <b>6.528</b>      |                      |
| Remuneração para 1 UNIT            |                    |                   | 0,06559              |

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foram os seguintes:

|                     | 2017    | 2016    |
|---------------------|---------|---------|
| Ações Ordinárias    | 0,60603 | 0,57312 |
| Ações Preferenciais | 0,66663 | 0,63043 |
| Valor para 1 "Unit" | 1,66949 | -       |

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

| Resultado básico e diluído por ação                              | 2017    | 2016    |
|--|---------|---------|
| <b>Numerador</b>   |         |         |
| Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia |         |         |
| Ações ordinárias   | 214.429 | 195.890 |
| Ações preferenciais  | 471.743 | 430.957 |
| <b>Denominador (em milhares de ações)</b>                        |         |         |
| Média ponderada de número de ações ordinárias                    | 167.912 | 225.650 |
| Média ponderada de número de ações preferenciais                 | 335.823 | 251.564 |
| <b>Resultado básico e diluído</b>                                |         |         |
| Por ação ordinária   | 1,27703 | 0,86811 |
| Por ação preferencial  | 1,40474 | 1,71311 |

### f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$34.277 em 2017 (R\$31.343 em 2016), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

### g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$629 em 2017 (R\$335 em 2016), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.403 (R\$1.737 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

| Descrição                                 | 2017          | 2016          |
|---|---------------|---------------|
| <b>Saldo no início do exercício</b>       | <b>10.410</b> | <b>12.147</b> |
| Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído | (3.640)       | (2.631)       |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

### 27. RESULTADO FINANCEIRO

| Descrição                                       | 2017             | 2016             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Receitas Financeiras</b>                     |                  |                  |
| Variações Monetárias Ativas                     | 13.766           | 15.092           |
| Aplicações Financeiras                          | 65.622           | 39.510           |
| Outras Receitas Financeiras                     | 12.494           | 25.924           |
| <b>Totais das Receitas Financeiras</b>          | <b>91.882</b>    | <b>80.526</b>    |
| <b>Despesas Financeiras</b>                     |                  |                  |
| Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures | (188.085)        | (193.566)        |
| Variações Monetárias Passivas                   | (53.711)         | (44.914)         |
| Outras Despesas Financeiras                     | (72.253)         | (6.327)          |
| <b>Totais das Despesas Financeiras</b>          | <b>(314.049)</b> | <b>(244.807)</b> |
| <b>Resultado Financeiro, líquido</b>            | <b>(222.167)</b> | <b>(164.281)</b> |

### 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

| Descrição   | 2017             |                  |                  | 2016             |                  |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | Água             | Esgoto           | Total            | Água             | Esgoto           | Total            |
| Receita Operacional Direta  | 2.640.111        | 1.484.306        | 4.124.417        | 2.402.458        | 1.311.375        | 3.713.833        |
| Outras Receitas Operacionais  | 24.776           | 17.762           | 42.538           | 16.027           | 11.146           | 27.173           |
| <b>Total da Receita Operacional Bruta</b>   | <b>2.664.887</b> | <b>1.502.068</b> | <b>4.166.955</b> | <b>2.418.485</b> | <b>1.322.521</b> | <b>3.741.006</b> |
| Deduções da Receita (PASEP e COFINS)  | (173.216)        | (124.338)        | (297.554)        | (155.364)        | (108.117)        | (263.481)        |
| <b>Receita Operacional Líquida</b>  | <b>2.491.671</b> | <b>1.377.730</b> | <b>3.869.401</b> | <b>2.263.121</b> | <b>1.214.404</b> | <b>3.477.525</b> |
| Custo   | (1.105.541)      | (450.594)        | (1.556.135)      | (1.055.868)      | (389.240)        | (1.445.108)      |
| <b>Lucro Bruto</b>  | <b>1.386.130</b> | <b>927.136</b>   | <b>2.313.266</b> | <b>1.207.253</b> | <b>825.164</b>   | <b>2.032.417</b> |
| Despesas Comerciais   | (183.589)        | (131.615)        | (315.204)        | (149.265)        | (103.802)        | (253.067)        |
| Despesas Administrativas  | (368.554)        | (264.215)        | (632.769)        | (363.428)        | (252.733)        | (616.161)        |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais   | (41.427)         | (27.908)         | (69.335)         | (8.587)          | (2.610)          | (11.197)         |
| Resultado Equivalência Patrimonial  | -                | (1.791)          | (1.791)          | -                | (3.361)          | (3.361)          |
| Resultado Financeiro, líquido   | (82.961)         | (139.206)        | (222.167)        | (71.665)         | (92.616)         | (164.281)        |
| Programa de Participação no Resultado   | (40.585)         | (29.096)         | (69.681)         | (31.333)         | (21.790)         | (53.123)         |
| Provisões   | 259              | 683              | 942              | (25.151)         | (18.002)         | (43.153)         |
| Planos de Aposentadoria e Assistência Médica  | (51.984)         | (37.204)         | (89.188)         | (58.103)         | (40.386)         | (98.489)         |
| <b>Lucro Antes dos Impostos e Contribuições</b>   | <b>617.289</b>   | <b>296.784</b>   | <b>914.073</b>   | <b>499.721</b>   | <b>289.864</b>   | <b>789.585</b>   |
| Imposto de Renda e Contribuição Social  | (154.484)        | (73.417)         | (227.901)        | (102.995)        | (59.743)         | (162.738)        |
| <b>Lucro Líquido do Exercício</b>   | <b>462.805</b>   | <b>223.367</b>   | <b>686.172</b>   | <b>396.726</b>   | <b>230.121</b>   | <b>626.847</b>   |
| Margem Operacional  | 23,2%            | 19,8%            | 21,9%            | 20,7%            | 21,9%            | 21,1%            |
| Margem Líquida  | 18,6%            | 16,2%            | 17,7%            | 17,5%            | 18,9%            | 18,0%            |
| <b>EBITDA</b>   | <b>831.690</b>   | <b>551.832</b>   | <b>1.383.522</b> | <b>687.567</b>   | <b>483.410</b>   | <b>1.170.977</b> |
| Margem EBITDA   | 33,4%            | 40,1%            | 35,8%            | 30,4%            | 39,8%            | 33,7%            |
| Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)                                      | 395.065          | 485.474          | 880.539          | 280.391          | 462.010          | 742.401          |
| Participação Societária – CS Bioenergia   | -                | 18.832           | 18.832           | -                | 12.403           | 12.403           |
| Endividamento – Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro | 1.056.211        | 1.660.627        | 2.716.838        | 1.069.901        | 1.642.173        | 2.712.074        |
| Imobilizado e Intangível, líquidos  | 3.445.960        | 4.474.143        | 7.920.103        | 3.206.916        | 4.123.745        | 7.330.661        |
| Depreciações e Amortizações do Período  | (131.440)        | (115.842)        | (247.282)        | (116.181)        | (100.930)        | (217.111)        |
| Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)  | 522.722          | 268.218          | 790.940          | 473.193          | 247.054          | 720.247          |
| Total do Ativo  | 4.404.276        | 5.718.395        | 10.122.671       | 4.135.857        | 5.318.262        | 9.454.119        |
| Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)  | 2.102.761        | 2.867.256        | 4.970.017        | 1.870.188        | 2.775.258        | 4.645.446        |
| Quantidade de Usuários – Não Auditado/Revisado (c)  | 3.087.160        | 2.040.292        | -                | 3.025.780        | 1.953.484        | -                |
| Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)                                 | 549.127          | 393.667          | -                | 587.460          | 408.530          | -                |

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;  
(b) Apresentadas pelo valor bruto;  
(c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;  
(d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

### 29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a SOMPO Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$968.336, com vigência abrangendo o período de 09/01/2017 a 10/03/2018, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

| Ativo                              | Importância Segurada |
|------------------------------------|----------------------|
| Edifícios                          | 497.299              |
| Máquinas e Equipamentos e Veículos | 411.931              |
| Estoque                            | 59.106               |
| <b>Total</b>                       | <b>968.336</b>       |

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituídos os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 84 processos judiciais no montante de R\$294.516 com a Potencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Saneapar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2018.

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Saneamento do Paraná – Saneapar Curitiba-PR**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - Saneapar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneapar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Saneapar, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na nota explicativa 23, a Companhia reconhece mensalmente como parte da receita operacional, valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia cria

estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da administração na preparação estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo das estimativas de faturamento que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na nota explicativa 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado a determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como taxa de juros de Longo Prazo, mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente nos passivos reconhecidos pela Companhia.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e, confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

#### Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na nota explicativa 18, a Companhia é parte passiva com probabilidade provável de desembolso em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cujo valor total soma um montante de R\$ 505.634 mil, resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está adequada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

#### Contratos de concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 7.790.158 mil registrado no Ativo Intangível, relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Esses investimentos realizados, possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. Essas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, por meio do método de determinação do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro dos saldos do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Análise da divulgação adequada destas transações, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento e avaliação dos saldos de ativos intangíveis relativos aos contratos de concessão, são apropriadas para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Saneapar, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Saneapar. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de janeiro de 2017, sem modificação.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Saneapar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Saneapar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Saneapar são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Saneapar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos

com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes S.S.  
CRC 2 PR-006853/F-9  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S- PR

### DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Saneapar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Reboças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações contábeis da Saneapar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Saneapar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Curitiba, 29 de Janeiro de 2018.

### RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 2017

**Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEAPAR:**

#### Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEAPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. O CAE é integrado por 3 membros independentes, eleitos com mandato para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEAPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e a adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis anuais da Companhia e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

#### Principais atividades do CAE no exercício

Em face às peculiaridades próprias de um primeiro ano de atividades, o CAE desenvolveu um intenso processo de conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos 8 meses de atividade o CAE manteve 36 reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações e da coligada CS Bioenergia e com o Conselho Fiscal. Também foram mantidas diversas reuniões com os responsáveis técnicos da auditoria independente e das empresas de consultoria envolvidas nos processos de desenvolvimento de gestão de riscos e na revisão da estrutura organizacional.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e risco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos Membros do CAE com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

#### Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua coligada CS Bioenergia, das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus funcionários e da Auditoria Externa.

Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à SANEAPAR, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas entre a Administração, os Audit